

TAVIRA ROMANA

A ocupação da zona urbana de Tavira na Época Romana

Geografia histórica do povoamento, rede viária e sacralização do território

Luís Fraga da Silva

Associação Campo Arqueológico de Tavira, 2005

4ª Edição, de 12-04-2006

Resumo

A cidade de Tavira foi um lugar pouco importante na Época Romana, não tendo a tradição da sua "Ponte Romana" fundamento arqueológico. Passava no entanto aí a principal via romana do Algarve, integrada no Itinerário Antonino XXI na sua etapa Balsa-Baesuris (Castro Marim). A travessia do rio efectuar-se-ia possivelmente ou por passadeiras ou por uma ponte de madeira, estruturas que não deixaram vestígios.

O sítio notabilizava-se então pela presença de um grande campo de ruínas tartésicas na colina de Santa Maria, abandonadas já há séculos, por uma domus ou villa (que ficou na toponímia como Villa Frigida, evoluindo posteriormente para Bela Fria) e por uma ocupação agrícola no Campo da Atalaia, de que apenas se conhece a necrópole.

Destacava-se ainda o vau do rio, sítio de passagem da referida via, onde se pensa ter existido um santuário fluvial junto da nascente aí existente, dedicado a uma divindade desconhecida. Coloca-se a hipótese de o nome do rio Séqua ser de origem pré-romana e estar associado a essa divindade, que pertenceria então ao mundo céltico ou, mais provavelmente, a uma raiz indo-europeia anterior.

São também numerosos os mananciais sacralizados no percurso da via romana e nas suas ligações secundárias nos arredores de Tavira. Associados a funções viárias e com uma origem ou tradição popular pré-romana, são, ou certificados pela presença de "pegadas" gravadas na pedra ou deduzidos pelas características das dedicações páleo-cristãs, por cultos populares actuais e lendas tradicionais que indicam uma continuidade desde a Antiguidade.

Estes indícios, assim como a fertilidade estuarina e agrícola das redondezas, são contraditórios com a escassez de lugares de povoamento romano conhecidos. Tal poderá dever-se a uma ocupação rural dispersa por populações turdetanas autóctones, enquadradas no sistema fundiário e fiscal romano prevalente no território balsense.

Séculos mais tarde, provavelmente já durante o domínio visigótico, o sítio do vau terá sido cristianizado com uma dedicação a São Juliano. O hagiónimo Sancti Iuliani passaria a designar um pequeno povoado da margem esquerda (hoje colina de Sant'Ana) e a parte terminal do rio. No século X o culto de S. Julião permanecia vivo, como prova a existência de um bispo local chamado Iulianus. No séc. XII o local, já totalmente islamizado, denominava-se Gilla, nome que abrangia o troço final do rio, que evoluiu para o Gilão actual.

A reconstituição da rede viária romana realiza-se a partir da articulação desses sítios com outros elementos arqueológicos, balizada pela restituição da linha da margem do rio e dos esteiros na Antiguidade e orientada pelas directrizes de arruamentos primitivos, limites de propriedade e caminhos rurais mais ou menos fossilizados. Estes elementos são avaliados tendo em conta as transformações dos eixos de comunicação ocorridas em Tavira em épocas marcantes posteriores, nomeadamente no apogeu do domínio islâmico (séc. XII), no séc. XVII e na 2ª metade do séc. XIX.

Prefácio

Tavira foi confundida durante séculos com Balsa, cidade romana cuja localização permaneceu desconhecida até 1866¹. Nesse ano, Estácio da Veiga e Teixeira de Aragão identificaram-na nas extensas ruínas romanas existentes nos terrenos litorais em frente da povoação da Luz de Tavira².

Apesar disso persiste ainda a tradição da localização de *Balsa* em Tavira, tradição que atribui também uma origem romana à sua ponte antiga. Talvez por preguiça, ignorância ou bairrismo grosseiro, os velhos erros continuam a ser reproduzidos e publicados, sendo notória a sua multiplicação recente na internet em *sites* turísticos, comerciais e mesmo institucionais!³.

Se a localização e a importância de *Balsa* foram já objecto de diversos trabalhos⁴, tem faltado porém uma síntese actual sobre o significado e a topografia do sítio de Tavira na Época Romana.

É esse o objectivo deste ensaio, que pretende traçar um primeiro esboço global da ocupação romana do lugar, com destaque para a reconstituição do traçado da via romana que então o atravessava.

Fá-lo recorrendo a dados relativos a períodos históricos posteriores e, por vezes, anteriores e, sobretudo, através de hipóteses baseadas na interpretação dos conhecimentos arqueológicos actuais, na toponímia histórica e na evolução funcional de sítios geograficamente determinados, nomeadamente de nascentes, travessias de rios, lugares de culto páleo-cristão, cruzamentos milenares e outros lugares insólitos por onde a Geografia Histórica da Antiguidade por vezes nos conduz.

Utiliza, nesse sentido, diversas referências a hipóteses interpretativas apenas parcialmente publicados, que nos parecem relevantes para enquadrar aspectos do sítio de Tavira, embora transcendam o tema deste estudo. Remetemo-las para notas e apêndices finais, que poderão ser lidos independentemente do texto principal.

Agradecimentos

Devo agradecer as diversas colaborações que tive na feitura deste ensaio, com relevo para os meus confrades do Campo Arqueológico de Tavira: Maria e Manuel Maia cujas informações, análises e comentários ao longo destes últimos anos foram decisivas para a sua concepção. Maria Alice Fernandes e Abdallah Khawli pelos pareceres sobre toponímia histórica, a leitura e comentários prévios sobre o texto. Judite Nascimento pelas preciosas informações sobre Tavira e Rodrigo Aires pela disponibilização de elementos topográficos fundamentais.

Agradeço ainda à Câmara Municipal de Tavira pela informação topográfica e arqueológica que me tem fornecido, destacando elementos inéditos que me foram gentilmente comunicados pelas arqueólogas Sandra Cavaco e Jaquelina Covaneiro.

Toponímia

Na descrição da topografia e da reconstituição viária no espaço urbano de Tavira seguimos, salvo indicação em contrário, a toponímia indicada nas obras *Toponímia de Tavira* e "Toponímia antiga da Cidade" *in Tavira e o seu Termo*, de Arnaldo Casimiro Anica. Fora do espaço urbano seguimos a toponímia da Carta Militar de Portugal. Possíveis erros e omissões são da nossa total responsabilidade.

¹ Frei João de São José (SÃO JOSÉ 1577: 49-50) e Frei Vicente Salgado (SALGADO 1786: 126-7) são dois expoentes eruditos desta tradição.

² VEIGA 1866 e ARAGÃO 1868.

³ Incluindo os *sites* da Direcção Geral dos Monumentos Nacionais, da Associação de Municípios Algarve-Huelva e da própria Câmara Municipal de Tavira, relativamente à origem romana da ponte.

⁴ Bibliografia seleccionada em FRAGA 2005b: *Para saber mais sobre Balsa*, 43.

O sítio de Tavira teve uma ocupação pouco importante na Época Romana.

Permaneceu obscuro durante 1300 anos, entre o abandono do povoado tartéssico em finais do séc. IV a. C.⁵ e o nascimento da alcaria de *Tabira* no séc. XI, já num período muito avançado do domínio islâmico.

Está por esclarecer a não utilização do porto de Gilão durante o domínio romano, assim como a baixa densidade do povoamento estuarino, comparativamente com outros sítios do Algarve (assunto abordado mais adiante). Provavelmente o porto de *Balsa* apresentaria então melhores condições de barra, para além das excelentes infra-estruturas já conhecidas⁶, gozando de um eventual monopólio económico por razões administrativas e fiscais⁷.

O extenso esteiro que então existia desde a barra de Tavira até ao Paul da Asseca era utilizado essencialmente como fonte de subsistência de aglomerados rurais ribeirinhos e como meio de comunicação entre o mar e o fundo do esteiro, onde existiam centros de olaria local e explorações agrícolas⁸.

Vestígios e sítios romanos

Bela Fria = Villa Frigida

No sítio da cidade de Tavira, o povoamento romano mais importante situar-se-ia na zona do Convento da Graça e encosta da Bela Fria, onde têm aparecido diversos vestígios (fustes de colunas, materiais de construção, *siggilata* e cerâmica comum e materiais reaproveitados, já fora desta zona⁹) em que se destaca um busto referido por Frei Vicente Salgado em 1786: "*Na esquina de umas casas ao poente do Convento da Graça desta Cidade de Tavira, eu vi um Busto Romano de dois palmos, que me pareceu muito bem.*"¹⁰

O busto, posteriormente desaparecido, encontrar-se-ia num nicho ou sobre um cunhal de uma casa da actual Rua de António Viegas. Foi provavelmente levado para aí aquando da construção do convento da Graça e dos terraplanos vizinhos. Poderá tratar-se de um retrato pertencente à galeria doméstica dos proprietários ou a um mausoléu familiar, que se situaria nas imediações.

É porém mais que provável que esse busto seja o da "dama antonina" pertencente desde essa altura à colecção do bispo Frei Manuel do Cenáculo de Beja, hoje guardado no Museu de Évora¹¹. Tratar-se-ia assim, possivelmente, de uma das proprietárias da *villa* romana que aí terá existido, que permanecia na toponímia como Vila Fria ainda em 1570¹², tendo o nome posteriormente evoluído para Bela Fria. O seu nome latino original seria portanto *villa Frigida*.

O topónimo está de acordo com a localização dos vestígios encontrados na encosta e base da colina orientada a Norte, precisamente a parte que possuía já séc. XVI a designação de Vila Fria¹³.

Todo o resto da colina de Santa Maria não teve ocupação romana conhecida, sendo notáveis em diversos locais os alicerces islâmicos do séc. XII directamente construídos sobre as ruínas do povoado tartéssico,

⁵ Ver nota *Tavira na Proto-História*, pág. 27.

⁶ FRAGA 2005a: Restituições topográficas III, Mapa 11.6 e FRAGA 2005b: *O porto*, 33

⁷ Ver nota *Portorium*, pág. 26.

⁸ O tipo de paisagem económica associado é descrito no Apêndice 3, pág. 33.

⁹ Tais como a parte inferior de uma mó romana de forma cónica, reaproveitada numa parede medieval islâmica na zona do B.N.U. e, mais recentemente, um provável capitel de pilastra em mau estado de conservação, encontrado em níveis islâmicos da escavação de Corte-Reais. Estes materiais terão rebolado anteriormente pela encosta ou sido expressamente transportada pois surgem isolados numa larga área (informação de Maria Maia).

¹⁰ SALGADO 1786: 128-9

¹¹ Sobre o busto de Évora ver BASARRATE 2003. Sobre a sua identificação com o busto encontrado por Frei Vicente Salgado, ver nota *Busto romano de Tavira*, pág. 21.

¹² CASTRO 1751: IV, 568 e ANICA 1993: 73

¹³ Toda a zona apresenta hoje uma topografia muito diferente da original, devido à rampa e terraplanagens originadas pela construção da porta medieval da Bela Fria e aos sucessivos aterros do recinto do Convento da Graça, iniciado em 1569 nos terrenos da Judiaria e Sinagoga, já ocupados pelos frades de Santo Agostinho desde 1542 (SÃO JOSÉ 1577: 52-53 e ANICA 1989: 226, nº 4). O planalto e escarpa formados pelos aterros e muralha não existiam, como demonstraram as intervenções da obra da futura pousada, havendo uma encosta de baixo gradiente para Leste, sem vestígios romanos.

A edificação romana que gerou os vestígios conhecidos, que escorreram pela encosta ao longo dos séculos, devia situar-se sob ou junto da parte norte do Convento da Graça, muito perto da zona onde se escavaram as grandes fundações da nova ala monstruosa da pousada. Infelizmente, as sondagens arqueológicas efectuadas então no local, revelaram que toda a terra já tinha sido remexida e reposta até à rocha na época da fundação do convento (informação de Sandra Cavaco e Jaqueline Covaneiro).

abandonado séculos antes da chegada dos romanos! Na Época Romana o sítio teria ainda o aspecto de um grande povoado abandonado, com ruínas bem evidentes.¹⁴

A presença do busto aristocrático deve ser interpretada como indício da existência de uma *domus* no local, sendo um achado de carácter mais específico nesse sentido que a mera presença de fustes de colunas. A posição da *domus* e respectiva *villa* não é porém vulgar, a Norte do cume de uma colina defensável¹⁵, junto a um extensa área de ruínas já antigas e consideravelmente afastada dos campos da *pars rustica*, apesar de o seu abastecimento de água estar facilitado, por um hipotético aqueduto proveniente da nascente de Santa Maria, situada a umas dezenas de metros, numa cota mais elevada.¹⁶

Mantendo-se afastada da via que corria na base da colina, o seu acesso a ela seria porém fácil, através dos dois caminhos herdados do povoado proto-histórico, nas directrizes da ladeira de Santa Maria e da Calçada de Dona Ana, respectivamente de acesso ao antigo porto interior fenício e ao vau do rio, prolongando-se este, no sentido oposto, até ao entroncamento com a via para *Balsa* (caminho **C4**, pág. 10).

Atalaia

No campo da Atalaia descobriu-se uma necrópole rural com cerca de 50 sepulturas de inumação, que pode ter pertencido à parte rústica da citada *villa* ou a um núcleo independente. Muito modestas, devem ter pertencido a escravos ou trabalhadores da propriedade. Não se conhece o período de utilização da necrópole, sabendo-se apenas que estava activa na 2ª metade do séc. I d. C., graças a uma moeda de Cláudio I aí encontrada. O tipo de cerâmicas pode fazer supor uma continuidade até ao séc. III¹⁷.

Esta zona, juntamente com os campos das futuras hortas¹⁸, constituía já, sem dúvida, uma importante área agrícola da *pertica*¹⁹ balsense, naturalmente irrigável pela nascente termal de Santo António²⁰. A necrópole situava-se junto a um caminho que seguia para a margem do sapal, podendo talvez entroncar no caminho litoral para *Balsa*²¹, abordado mais adiante (caminho **C3**, pág. 10).

Não sobreviveram vestígios das edificações que sem dúvida existiriam. Segundo um modelo comum, elas localizar-se-iam a umas centenas de metros da necrópole, na encosta virada a Sul, a uma cota adequada para ser abastecida de água corrente por intermédio de um aqueduto proveniente da nascente citada.

Moedas e sepultura

Encontrou-se também uma colecção de moedas num local que era então margem do rio²² e uma modesta sepultura de incineração sobre o cais pré-romano do B.N.U., na margem do esteiro que então ocupava a actual Praça da República. O sítio de achamento das moedas, num nível de sapal provavelmente submerso, sugere tratar-se de uma perda, ou eventualmente, de uma oferenda. A sepultura resumia-se a uma urna cinerária formada por tégulas, tendo como único espólio um pequeno pendente de madeira com a forma de figa (mão fechada), símbolo ancestral contra o mau-olhado.

Os demais vestígios estão incluídos em construções medievais e modernas e devem, pelas suas dimensões e características, ter sido trazidos de *Balsa* muitos séculos após o desaparecimento desta cidade²³.

¹⁴ Ver nota *Tavira na Proto-História*, pág. 27.

¹⁵ Então talhada a Norte, Poente e Sul, definindo posteriormente um extremo do primitivo recinto amuralhado de Tavira. (M MAIA 2003 e FRAGA 2003b).

¹⁶ Pode-se colocar a hipótese do sítio ter sido residência de um notável associado a uma função oficial relacionada com a passagem da via, sendo a exposição a Norte uma defesa eficaz contra a canícula.

¹⁷ ANICA 1993: 81-82 e PEREIRA 1992

¹⁸ SARRÃO 1607: 167 e ANICA 1993: 228-239

¹⁹ Parte da terra pertencente à *civitas*, cadastrada e distribuída aos seus cidadãos.

O desenvolvimento posterior de Tavira e a sua intensa reocupação agrícola eliminaram localmente os prováveis vestígios das marcas cadastrais romanas, ainda visíveis num extenso raio em torno de *Balsa*, substituídas por um característico padrão radial peri-urbano de origem medieval.

²⁰ Sobre as nascentes da Atalaia ver SARRÃO 1607: 167 e LOPES 1841: 357-8

²¹ PEREIRA 1992: 78-79. É também a opinião de Maria Maia.

²² Encontrado sob o pavimento da Rua Alexandre Herculano nos anos 50 do séc. XX. Desconhecem-se mais detalhes assim como o seu actual paradeiro. (VAZ 1992: 162)

²³ Uma grande cantaria talhada, com marcas de *forceps*, inserida num cunhal da torre medieval portuguesa que ladeava pela esquerda a entrada da Porta de Alfeição, e um fuste maciço de grandes dimensões encontrado no tardóz de uma casa de raiz seiscentista, junto à torre albarrã poligonal existente na base do castelo.

Com este fuste foi encontrado um capitel não romano, talhado numa única peça juntamente com o lintel. Trata-se de uma imitação muito grosseira de um capitel coríntio, provavelmente executada aquando do reaproveitamento do fuste, no séc. XVI ou, segundo Maria Maia, ainda no período islâmico. O conjunto está exposto na recepção do edifício onde foi encontrado, com a particularidade de se apresentar invertido, com o capitel-lintel no chão!

O vau do Gilão-Séqua

A tradição de uma origem romana da "Ponte Romana" de Tavira não tem fundamento arqueológico, segundo se concluiu nas prospeções efectuadas durante as grandes reparações de 1991-93. A ponte actual descende doutras que tiveram a sua origem durante o domínio islâmico, provavelmente no séc. XII, enquadrando-se então no sistema defensivo das muralhas da cidade, sistema que fez desviar o percurso da estrada romana inicial²⁴.

A travessia do rio era porém a característica mais relevante do local, passando aí a via romana de *Balsa* a *Baesuris*, etapa de um dos Itinerários Antoninos²⁵ e eixo viário fundamental do Algarve romano. Este percurso manteve-se na Antiguidade Tardia, sendo registado na *Cosmografia de Ravenna*²⁶, e sobreviveu ao desaparecimento da cidade de Balsa, ocorrido algures entre os séculos V e VII.

Na Época Romana, toda a zona entre a colina de São Brás e o rio estaria ainda completamente alagada, impedindo qualquer trânsito. O Alto de Sant'Ana formava então uma península entre o Gilão e o esteiro da Alagoa, sendo o ponto de maior proximidade com a margem oposta e lugar de eleição para uma travessia. O local de passagem estabelecia-se assim cerca de 130 m a montante da ponte actual, onde o rio era e ainda é consideravelmente mais estreito.²⁷

O vau do Gilão seria habitualmente transitável sem grande dificuldade na baixa-mar e nas estações secas, através de "passadeiras", isto é, de uma calçada submergível no fundo do rio. A travessia na preia-mar necessitaria já de um *portus*, uma ponte flutuante ou uma barça de vai-vem, podendo tornar-se impossível durante as estações chuvosas. A passagem de uma via do Itinerário de Antonino obrigaria sem dúvida à existência e manutenção de uma infra-estrutura de travessia permanente. Desconhece-se porém a existência de quaisquer vestígios dela, o que sugere ter sido de madeira, facilmente destruída pelas enxurradas periódicas e facilmente reposta enquanto existisse um poder fiscal e edilício.

Na margem direita, junto ao local da travessia, situa-se a nascente submarina e a fonte sobre o rio (Fonte da Praça ou das Bicas, que na época se localizaria uma dezena de metros mais distante da margem) onde nasce o rio Gilão propriamente dito, tendo mais a montante o nome de Séqua.

Pensa-se que o nome Gilão está relacionado com a *Qaria Gillā*, localidade referida nas fontes árabes, e a uma dedicação páleo-cristã anterior a São Juliano.

Gillā, lugar referido nas fontes árabes medievais como alcaria (aldeia), foi a terra natal e centro inicial da sedição de *Ibn Casi*²⁸ (que aí terá fundado um *ribat*, antes de 1144).²⁹ *Gilão/Gillā*, será resultante da arabiização do topónimo moçárabe **Gilano*, evolução do latim (*Sancti*) *Iuliani*³⁰, nome associado primitivamente ao vau e, posteriormente, ao povoado da foz e ao troço final do rio, que surge em português com a ortografia *Gilaon*³¹, hoje Gilão.³²

A dita alcaria e primitiva povoação moçárabe terá existido na colina de Sant'Ana, onde foi encontrada uma sepultura antropomórfica escavada na rocha³³, possivelmente tardo-antiga ou moçárabe. Não se pode localizar *Gillā* em Tavira pois ambos os povoados coexistem no tempo e não se conhecem aqui vestígios moçárabes nem islâmicos anteriores ao séc. XI. A origem islâmica ou anterior da primitiva ermida de Sant'Ana é-nos indicada na Visitação da Ordem de Santiago de 1517-18, onde se afirma "*que a dita Irmida hé tam antigua que non há hy memoria de quem a edificou*"³⁴, termos idênticos aos aplicados a todas as antigas mesquitas visitadas.

²⁴ FRAGA 2003b e M MAIA 2003

²⁵ A 1ª etapa do Itinerário XXI, de *Esuri* a *Pace Iulia* (CUNTZ 1929: 425-6).

²⁶ Incluído num grande itinerário entre o Estreito de Gibraltar e Braga, que aproveita troços de Itinerários Antoninos anteriores (SCHNETZ 1940: 79, IV 43).

²⁷ *Contra* RODRIGUES E BERNARDES 2003: 140, repetido em RODRIGUES 2004: 43, que coloca a passagem provável no sítio da ponte medieval. Ver nota *Tavira islâmica e a defesa da passagem do Gilão*, pág. 26

²⁸ KHAWLI 2001:71e KHAWLI 2002: 36. Ver nota, pág. 27

²⁹ PICARD 2000: 92-94. Ver nota Ascendência de *Ibn Casi*, pág.21

³⁰ Ver nota *Arabiização toponímica*, pág. 21

³¹ SECCO 1560

³² É uma evolução semelhante a *Juià* < *Jullà* < *Julianum*, registada na Catalunha (COROMINES 1965: vol. 1, p. 14)

³³ A intervenção arqueológica que a revelou foi muito limitada. A sepultura foi apenas parcialmente descoberta, acompanhada de outras localizadas em níveis superiores, de forma oval e igualmente escavadas na rocha. Nenhuma delas produziu espólio, de acordo com as informações das arqueólogas Sandra Cavaco e Jaquelina Covaneiro, da C.M.T., a quem agradecemos a possibilidade de divulgação destes dados antes da publicação dos resultados da intervenção.

³⁴ SERRA 1517: 198

Dos numerosos mártires do culto páleo-cristão de nome Juliano, destacam-se dois, *Juliano de Anazarbus* e *Juliano e Basilissa*, pelo seu culto precoce e pela sua ampla difusão³⁵.

A associação óbvia do culto de Juliano de Anazarbus a um contexto de sacrifícios aquáticos torna-o o santo privilegiado para substituir um culto congénere pré-cristão e justifica a sua associação a um hidrónimo. O culto da divindade aquática anterior é substituído pela celebração do martírio marítimo de Juliano, exemplo de mártir heróico na defesa das suas convicções cristãs.

É, para além disso, significativo que este São Juliano tenha sido nos tempos iniciais do cristianismo o padroeiro dos barqueiros dos vaus (função posteriormente tomada por São Julião Hospitalário), situação que se adapta perfeitamente ao sítio do Gilão, de travessia da velha estrada romana, indiciando uma ausência de ponte, pelo menos na Antiguidade Tardia.

A hipótese do culto local de São Juliano reforça-se também pela existência do bispo moçárabe *Iulianus*, do séc. X, cuja lápide funerária foi descoberta na Fonte Salgada, perto de Tavira³⁶. A presença de uma comunidade cristã no local é abonada anteriormente, ainda no séc. VIII, pela lápide de *Adulteus*, criança-clérigo, falecido em 729.³⁷

Gilão será assim um hidrónimo cristianizado por sincretismo, num local geo-determinado onde terão existido cultos pré-cristãos associados à presença de um manancial e a rituais de passagem do rio.

De facto, a relevância da sacralidade pré-romana do sítio do vau destaca-se pela sua localização junto a um antigo local central dos balsenses (o povoado tartéssico de Tavira, já referido) e no acesso obrigatório entre o *oppidum* turdetano do Cerro do Cavaco (a *Balsa* pré-romana) e o mar³⁸.

O culto ter-se-á mantido sem dúvida na época romana, não só pela relevância da via pública que atravessava o rio como pela posterior dedicação páleo-cristã, que configura uma apropriação de um lugar sagrado pré-existente.

Não se conhece porém a divindade indígena objecto desses cultos nem o grau da sua posterior romanização.

A dedicação a São Juliano pode ser reveladora neste sentido, pois a *vita* do santo indica que ele se tornou orago de passagens onde até aí existiam sacrifícios a divindades das águas, através de oferendas diversas, que incluíam flores, alimentos simbólicos e vítimas vivas. Sabe-se o temor religioso que as travessias de rios ocasionavam na Antiguidade e a necessidade de expiar a travessia com um sacrifício, a fim de evitar a própria morte. Segundo um padrão mitológico indo-europeu muito difundido, o rio personificava uma divindade viva, havendo notícias em que o seu culto primitivo exigia "um fôlego por dia", isto é sacrifícios diários de vítimas, que, em certas culturas e em certas ocasiões podiam ser humanas³⁹.

Estaremos assim, provavelmente, na presença de um "Neptuno" pré-romano ou de uma divindade feminina de cariz indo-europeu, pouco romanizada, habituais em hidrónimos, o que poderia justificar o inexplicável topónimo Séqua, nome do rio no percurso a montante.

Infelizmente, os elementos disponíveis sobre os topónimos *Asseca* e *Séqua* e a sua confusão secular não permitem concluir nem serem formas popular e erudita de um mesmo étimo nem tratarem-se de étimos distintos, que se confundem posteriormente por semelhança (ver o Apêndice 2, pág. 31, onde se resume o assunto).

Para além deste culto de travessia fluvial não podemos ignorar a tradição funerária proto-histórica de enterramentos aquáticos, associada a oferendas ctónicas de armas e objectos preciosos, afundados ritual-

³⁵ **Juliano de Anazarbus ou de Antioquia**

Mártir morto em 304, durante as perseguições de Diocleciano. O seu culto tornou-se muito popular desde o último quartel do séc. V graças a uma conhecida homilia de João Crisóstomo (349-407), patriarca de Constantinopla.

Atirado ao mar num saco cheio de serpentes e escorpiões após demoradas torturas para renegar a sua fé. Representado com um saco ou um caixão flutuante, acompanhado de anjos.

Juliano e Basilissa

Marido e mulher que fizeram voto de castidade e fundaram um mosteiro-hospital, com alas separadas por sexos. Após a morte de Basilissa, Juliano é martirizado durante as perseguições de Diocleciano.

A sua hagiologia é confusa e mistura-se com a de outros mártires páleo-cristãos também chamados Juliano. O seu culto, muito reputado, estava bem estabelecido já antes do séc. VIII e serviu de fundamento para a criação do mito medieval de São Julião Hospitalário, invenção hagiológica que recolhe também parte da *vita* de Juliano de Anazarbus.

(ST. PATRICK 2005b)

³⁶ HÜBNER 1871: 69, n° 210 e FERNANDES 2003. A lápide é datada de 991.

³⁷ MACIEL 2003: 123-4

³⁸ Ver nota 5, pág. 3.

³⁹ E SANTO 1990: 35-38

mente, geralmente acompanhado por sacrifícios humanos. Esta tradição, também compatível com o culto posterior a São Juliano, tem diversos exemplos na Gália céltica e é abonada de modo extraordinário no esteiro de Huelva⁴⁰, grande centro tartéssico próximo de Tavira.

Rituais semelhantes (de características consideradas por muitos autores como célticas, de tradição arcaica indo-europeia ou do substrato cultural do Bronze Atlântico) seriam então de esperar em centros coevos da mesma área geo-cultural, como é o caso de Tavira tartéssica.

As "pegadas"

Na região de Tavira existe uma quantidade invulgar de referências a **pedomorfos**, gravuras na pedra representando um ou mais pés. A tabela seguinte sintetiza os dados conhecidos, localizando-se os últimos quatro sítios na actual zona urbana de Tavira.

Nome	Tipo de informação	Manancial	Hagiónimo páleo-cristão	Tipologia viária	Local	Fonte
Fonte do Bispo	Notícia de pegada gravada numa rocha junto à fonte antiga, com estado de conservação	Fonte que sobreviveu até à actualidade		Estação	Via secundária	Manuel Maia
Quinta da Pegada	Não se conhece a pegada gravada na rocha, já destruída	Provável nascente		Vizinhança	Via secundária	Manuel Maia, Repertório toponímico IGEOE
Pegada	Referência toponímica sem mais informação	?		Estação	Caminho ancestral	Repertório toponímico IGEOE
Pezinhos	Referência toponímica sem mais informação	?		Estação	Caminho ancestral	Repertório toponímico IGEOE
Pegada de Deus	Referência toponímica	Provável fontanário	São Brás Ermida	Cruzamento	Via principal x caminho	VASCONCELOS 1937: 272

Tabela 1 - Sítios com pedomorfos

É a única concentração conhecida no Algarve, que inexplicavelmente nunca atraiu a atenção dos investigadores. Nada se conhece sobre as figuras, sendo apenas possível especular quanto à sua datação, tendo em conta os exemplos estudados noutras regiões. Pertencerão assim ao longo período, de mais de um milénio, que abrange a Idade do Bronze e do Ferro⁴².

A sua proximidade dos centros fenício-tartéssico de Tavira e turdetano do Cerro do Cavaco e a sua integração na a rede viária posterior, relacionada com esses centros, permite atribuí-lhes uma datação mais tardia, entre os sécs. VIII e II a. C.

Os pedomorfos são considerados símbolos religiosos (ver o Apêndice 1, pág. 21) e a sua associação a mananciais é talvez a mais comum, combinando-se com a simbologia específica da água. Consistiam então numa sinalética de "águas santas", quer como etapa de um périplo definido pela divindade, quer pelas suas propriedades milagrosas, quer ainda como porta de ligação com o outro mundo, geralmente ctónico ou com outro plano de existência. Em termos quotidianos da religiosidade popular devem ser interpretados como lugar de águas medicinais ou veterinárias ou de água potável para os viajantes e gados, associado a práticas sacrificiais de retribuição, expiação e pacificação.

Pode postular-se o seu enquadramento numa sociedade rural em que os trânsitos pecuários estão integralmente ritualizados pelas necessidades de dessedentação do gado e pela sazonalidade das passagens e dos caudais. Enquadram-se também numa sociedade em que as funções terapêuticas e profiláticas estão intimamente associadas ao uso da água e aos respectivos cultos.

⁴⁰ BLÁZQUEZ 1997

⁴¹ Esta notícia deve associar-se à lenda fundacional da igreja de Santa Catarina, que relata a história da imagem encontrada numa rocha junto à Fonte do Bispo, que, quando deslocada para o sítio da nova igreja, regressava ao lugar inicial, até à realização de um ritual de pacificação.

Este estereótipo bastante comum (Senhora da Piedade de Loulé, São Brás de Alportel, etc.) revela geralmente um lugar de culto pré-cristão e a sua continuidade moçárabe, até à obliteração pós-Trentina destes locais, que foi sistemática no Algarve, acompanhando-se habitualmente da mudança do lugar de culto, da dedicação e da base do ritual, com repressão formal dos seus aspectos pagãos, ainda muito vivos no século XVII.

⁴² GOMES E MONTEIRO 1977: 162

A inclusão das "pegadas" no estudo da rede viária romana de Tavira provém da sua articulação perfeita com a via romana de *Balsa a Baesuris* e suas ramificações locais, devendo-se também à sua associação com lugares de culto cristãos muito posteriores, sugerindo uma continuidade mantida na Época Romana.

Elas definem uma malha de pontos numa rede de caminhos, que pode ser completada por outros sítios que, embora não tendo vestígios conhecidos de "pegadas", possuem localizações determinantes, uma natureza de manancial e/ou uma função de marco viário. Estes pontos são identificados na tabela seguinte, associando as suas características religiosas, aquáticas, viárias e arqueológicas.

Nome	Hagiónimo páleo-cristão	Manancial	Tradição ou dedução antropológica pré-cristã	Tipologia viária	Local	Tipo arqueológico
São Pedro	São Pedro			Estação/sítio	Via principal	Calçada romana
Fonte das Bicas	São Juliano	Fonte e nascente submarina	Provável culto sacrificial associado ao vau Cristianizado, desaparecido	Vau	Via principal	<i>Provável sítio de aguada portuária dos povoados fenício e tartéssico</i>
São Marcos (Senhora da Saúde)	São Marcos Ermida	Fonte	Culto de fertilidade agro-pecuário e medicinal Cristianizado, sobrevivente	Cruzamento	Via secundária x caminho	
Poço de Vaz Varela		Poço	Lenda ctónica Islamizada e convertida em narrativa popular	Cruzamento	Via principal x caminho	
Pego do Inferno		Cascata e lagoa profunda	Lugar do banquete ritual do dia de Maio Lenda de lagoa sem fundo, origem do topónimo	Estação Bebedouro	Via pecuária principal	
Alto do Cano		Fonte/nascente		Cruzamento	Via principal x secundária	
Fonte Salgada		Fonte		Cruzamento	Via secundária x caminho	Sepultura moçárabe (bispo s. X)
Guomeira		Fonte		Estação/sítio	Via principal	
Santa Maria		Nascente				<i>Certamente a nascente do templo fenício que existia no local. Provável abastecimento do sítio romana da Bela Fria</i>
Santo António		Nascente termal				<i>Provável abastecimento do sítio romano da Atalaia</i>

Tabela 2 - Outros mananciais e marcos viários

Vias e caminhos romanos na actual zona urbana de Tavira

Reconstituição do percurso da via *Balsa-Baesuris* e suas principais ramificações.

Os números associados às letras definem os eixos viários respectivos nos **mapas A e B**.⁴³

1. A via romana proveniente de *Balsa* passava pelo lugar de São Pedro, que originalmente se situava junto a ela, tendo posteriormente o topónimo emigrado na direcção da E.N. 125⁴⁴. O hagiónimo primitivo poderá corresponder a uma cristianização de um lugar sacralizado ou funerário anterior ou à presença de uma escultura votiva⁴⁵, situada na berma da via.
2. Continuava pelo Caminho Velho de Santa Luzia (a antiga *Estrada da Cafurna*) até às proximidades da Fazenda do Trindade⁴⁶, estabelecimento romano com importantes vestígios arquitectónicos e funerários⁴⁷, em que se destaca o capitel coríntio que foi levado para o jardim-museu do Convento de São Francisco⁴⁸ e a lápide funerária escrita em grego, de homenagem a Taciano.⁴⁹ A vedação e plantação desta propriedade⁵⁰ eliminaram parte do troço da calçada, de que há notícia⁵¹, e interromperam o caminho, que prossegue porém mais adiante desde a Quinta de Santo António até ao Largo da Estação.

C1 - Na Época Romana podia já existir o entroncamento e o caminho que sobreviveu parcialmente até às Escolas Secundárias e que na Idade Média seguia até à Atalaia e, posteriormente, ao Convento de São Francisco. Dirigir-se-ia primitivamente para a *villa* da Atalaia, não muito distante dos antigos Banhos de Santo António e da Ermida de São Sebastião.

C2 - A actual estrada de Santa Luzia construiu-se parcialmente sobre a antiga azinhaga da Foz⁵², caminho já referido num documento de 1377⁵³, que indica a sua continuação até às Antas.

Não se sabe em que ponto da Atalaia se iniciava esse caminho, pois desconhece-se a extensão do corónimo nesta época. Pode tratar-se do eixo da futura estrada de Santa Luzia (Rua Dr. Fausto Cansado), sendo neste caso de provável origem medieval, ou outro caminho mais antigo, de origem romana e também originário primitivamente na *villa* da Atalaia. Há vestígios fósseis parciais deste caminho, que prosseguiria até

⁴³ A numeração corresponde a etapas e estações da via.

As letras identificam o tipo dos eixos viários periféricos:

V Outras vias romanas

E Estradas e trilhos milenares pré-romanos sem estatuto de via

C Caminhos de ligação

⁴⁴ Após a construção da igreja da Luz de Tavira em meados do séc. XVI, a antiga via romana e depois estrada medieval, que passava pelo limite Norte de Balsa e seguia na direcção do vau do Gilão, entrou em decadência. O trânsito de Faro foi desviado mais para Norte, por Moncarapacho, Amaro Gonçalves, Luz e Tavira, seguindo nesta última etapa pela directriz da futura EN 125.

Esta situação permaneceu até inícios do séc. XIX, sendo retratada no mapa viário mais antigo do Algarve, de 1660 (ALLARD 1660 e FRAGA 2002a: 113-114 e mapa 2) e referida no *Santuário Mariano* de 1718 (VASCONCELOS 1937: 255, datado por ANICA 1989: 260, nº2). Esta mudança de estrada parece ter sido a causa do surgimento da ermida de São Pedro junto ao sítio posteriormente designado Calvário, onde se desenvolveu nos sécs. XVIII e XIX um culto mariano muito popular à Senhora das Angústias (VASCONCELOS 1937: 255-259). A zona junto à velha via romana ("Estrada da Cafurna") manteve porém o corónimo São Pedro, bastante afastado da ermida setecentista e ligado a ela por um caminho rural.

⁴⁵ Como no lugar da Ermida de São Pedro, em São Bartolomeu de Messines, onde foi encontrado a base epigrafada de uma estátua dedicada a Júpiter Óptimo Máximo, formando um monumento funerário (SANTOS 1972: 117-119).

São Pedro, e mais recentemente Santa Bárbara, são oragos comuns em lugares rurais onde se encontraram dedicações a Júpiter ou tenha existido uma tradição de cultos populares meteorológicos.

⁴⁶ Terras que pertenciam então a proprietários de nomes Freire e Trindade (ARAGÃO 1868: 8).

⁴⁷ ARAGÃO 1868: 8-9 e SANTOS 1972: 326-334

⁴⁸ ARAGÃO 1868: 8-9, COVANEIRO E CAVACO 2003

⁴⁹ VEIGA 1866: 25-28, PEREIRA 1993, MACIAS 2003: 107-9

⁵⁰ Ocorridas em meados do Séc. XIX, estando na origem das descobertas arqueológicas.

⁵¹ Prevista por Estácio da Veiga devido ao carácter dos monumentos funerários (VEIGA 1866: 28) e noticiada por Maria Luísa Estácio da Veiga (SANTOS 1972: 331).

⁵² Sítio em frente da barra antiga de Tavira, hoje desaparecida, existente na parte da ilha-barreira denominada Terra Estreita (ANICA 1993: 46-47)

⁵³ Transcrito em RODRIGUES 2004: 44 e que aqui repetimos com a devida vénia: "*Deu de foro um ferrageal que ele há em termo de Tavira que he na atalaya e parte com Vicente Afonso e com Gil Garcia e Joham Garcia e Gonçalo Garcia e com a azinhaga que vai para a foz caminho das Antas(...)*" (datado de 8 de Janeiro de 1377, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, D. Fernando, livro 2, fl. 1).

Esta é a primeira abonação datada do topónimo *Antas*, uma vez que a *Crónica da Conquista do Algarve*, que também o refere (AGOSTINHO 1792: 246), nos chegou num manuscrito posterior, de 1419 (MACHADO 1978: 242).

entroncar no eixo da futura estrada de Santa Luzia, num sítio próximo do Centro de Saúde. Este caminho prosseguiria então até à Foz, então uma enseada interior da ria, segundo a reconstituição da linha de Costa. Outro documento, de 1511, refere um "caminho público que vai para o esteiro imenso", no sítio da Foz, que será posterior ao domínio romano, correspondendo à continuação do eixo da futura estrada de Santa Luzia.⁵⁴

Entre a Foz e as Antas poderá ter havido um caminho romano litoral na direcção de Balsa, paralelo à via, passando por Pedras d'el-Rei. A ser assim teria de correr a uma cota superior à actual estrada entre Santa Luzia e as Pedras, então numa zona submersa de sapais. Os vestígios fósseis de veredas e limites não são porém suficientes nesta zona para reconstituir com segurança esse caminho nem a sua articulação com a Estrada da Cafurna, que passava pelo Norte das Pedras d'el-Rei.

C3 - O caminho secundário junto à necrópole da Atalaia ladeava a margem do sapal até entroncar com o caminho **C2**.

3. Do Largo da Estação a via prosseguia até ao Largo do Cano, onde existia uma nascente⁵⁵ e o entroncamento com o velho caminho na direcção de Pêro Gil. O mapa de Sande de Vasconcelos, de finais do séc. XVIII, mostra o troço final do caminho que unia o Alto da Estação à Rua do Mal-Foro (caminho que é hoje a Rua Maria da Piedade Baganha paralela à linha férrea), sobre a directriz da via romana.

C4 - O mapa mostra também o troço fóssil do caminho directo que existia entre o Alto da Estação (e portanto a antiga via romana) e a Porta do Postigo, tratando-se assim do eixo primitivo que unia a estrada de Balsa à colina de Santa Maria. Seria o principal acesso medieval à cidade pelo lado de Faro e um provável caminho romano entre a via de *Balsa* e a *Villa Frigida*.

A ligação entre o entroncamento da Rua do Mal-Foro e o largo do Cano (troço genericamente paralelo à moderna Rua Sebastião Leiria, cruzando o Alto do Cano) não deixou vestígios⁵⁶

C5 - O caminho de Pêro Gil ligava por terra os povoados proto-históricos de Tavira e do Cerro do Cavaco. É de destacar na sua vizinhança a Quinta da Pegada, onde há notícia ter existido um pedomorfo, numa pedra destruída anos atrás.⁵⁷

Permitia também evitar o vau do Gilão, dirigindo-se mais a montante a um sítio da margem perto do sítio do Pomar dos Marmelos ou do Pontal do Fojo, onde existiria um vau mais fácil que ligaria o caminho à via transversal interior, muito próximo do sítio romano de São Domingos d'Asseca (ver a via **V2** na pág. 12). Constituíria assim uma alternativa "seca" à via romana de *Balsa*⁵⁸, entre este ponto e a ribeira de Almargem, seguindo até à ponte romana aí existente (abordada adiante) por um caminho transversal que passava na Senhora da Saúde. Seria, neste sentido, o percurso privilegiado dos trânsitos pecuários provenientes do Norte e do Leste, na direcção de *Balsa*.

C6 - A poente do Cerro do Cavaco cruzava-se com o caminho entre o velho *oppidum* turdetano e a cidade romana de Balsa.⁵⁹

4. Do Largo do Cano a via seguia pela base da encosta da Bela Fria, ladeando o esteiro que aí ainda existia e que tinha correspondido ao porto interior do velho povoado fenício⁶⁰. Segundo se depreende da posição da barbacã recentemente descoberta (ver nota 27 na pág. 5), o caminho primitivo corria pela base da encosta, junto à margem do esteiro. Os eventuais vestígios deste caminho desapareceram sob os quintais, muros, barracas e dependências do campo de jogos, construídos nas últimas décadas.

⁵⁴ ANICA 1993: 46-7. Este autor interpreta-o, quanto a nós correctamente, como o eixo da futura estrada de Santa Luzia, entre o sítio da Foz e o litoral da ria, onde posteriormente se edificaria a Ermida de Santa Luzia (entre 1511 e 1577). A reconstituição da linha de costa mostra que alguns troços deste percurso estariam submersos na Época romana, incluindo o sítio do assentamento da Ermida. Trata-se portanto de um caminho posterior, usado (tal como Casimiro Anica indica na obra citada) como acesso entre Tavira e o porto interior da antiga barra da Terra Estreita.

⁵⁵ Nascente da linha de água que alimentava o antigo esteiro da Bela Fria. A canalização do ribeiro (origem do topónimo Cano), decorrente da secagem do esteiro, ter-se-á realizado apenas durante o domínio islâmico (SARRÃO 1607: 166).

⁵⁶ As causas do seu desaparecimento explicam-se, numa primeira fase, pelo desenvolvimento do eixo **C4**, ligando a velha estrada romana à porta medieval do Postigo, e, posteriormente, pela proeminência da Rua do Mal-Foro a partir do séc. XVI, que se torna o eixo principal, ligada à estrada de Moncarapacho-Faro (ver nota 44 na pág. 9). Estas duas alterações viárias fundamentais condicionaram os acessos e a estrutura da propriedade local, que se passou a orientar segundo a Rua do Mal-Foro.

⁵⁷ Não foi até agora possível precisar o contexto e a localização precisa da "pegada". Muito provavelmente seria junto a um pequeno barranco aqui existente, no lugar da nascente.

⁵⁸ Ver a nomenclatura das vias de travessia estuarinas, no **Apêndice 3: Circulação viária**, pág. 33.

⁵⁹ Este caminho fóssil, hoje em avançado estado de decomposição, pode-se reconstituir através da concatenação de alinhamentos colineares de limites de propriedades e de troços de caminhos rurais. Passava por Santa Margarida, Baliera e Alto, entroncando com a via de *Baesuris* junto à entrada oriental da cidade, no actual sítio do Arroio. (FRAGA 2005a: mapa 25 e *Síntese urbana*)

⁶⁰ MAIA 2003a e FRAGA 2003a

5. Como já foi dito atrás (pág. 5), a travessia do vau do Gilão realizava-se no ponto onde o rio era mais estreito, sítio de um santuário fluvial que se manteve posteriormente como o lugar sagrado mais destacado da zona.
6. Na outra margem, a via subia ou torneava a colina-península de Sant'Ana, na direcção do Alto de São Brás, contornando o esteiro da Alagoa que era então muito extenso. As zonas alagadas na época dificultavam qualquer outro local de passagem.⁶¹ O trajecto pela colina seguia o eixo da Rua de Santana, descendo pelo talvegue que define hoje a Rua dos Namarraís, torneando o fundo do antigo esteiro da Alagoa. O trajecto alternativo pela base do monte acompanharia a margem do esteiro até se reunir ao anterior.

C7 - Ignora-se se o barranco que desaguava na Alagoa, futura Rua da Porta Nova, já seria então eixo de um caminho alternativo para a Senhora da Saúde. Na margem do esteiro da Alagoa, junto ao provável caminho que passava na sua base situava-se uma fonte, hoje desaparecida e de que cujas origens nada se sabe.⁶²
7. A via chegava assim ao Alto de São Brás pela directriz aproximada da Rua do Fumeiro de Trás, a única representada no mapa de Sande de Vasconcelos.

O largo e o lugar de São Brás definiam então outra estação viária com um muito provável manancial sacralizado, origem da sua dedicação posterior a esse santo. Aqui se situava a referida "pegada de Deus"⁶³, abonando explicitamente a existência desse culto de tradição pré-romana (ver nota *Lugares Sagrados*, pág. 36).

A orientação do corpo da Ermida, já existente séc. XVI⁶⁴, revela que os caminhos para o lado oposto ao rio seguiam ainda o eixo da via romana, que se dirigia através do corpo do futuro Convento do Carmo⁶⁵.

C8 - Daqui seguia um caminho para Norte, para São Marcos/Senhora da Saúde, pelo sítio da Pegada.

Trata-se, sem dúvida, de um importante caminho ancestral entre a margem do Gilão e a Serra, balizado por aqueles dois pontos sacralizados.

No sítio da Senhora da Saúde estaremos na presença de um primitivo culto páleo-cristão ou moçarabe a Santa Maria⁶⁶, provavelmente com outra dedicação mais antiga pois manteve-se no local o topónimo de São Marcos. Trata-se de um santuário rural com uma tradição de protecção agrária e pecuária (São Marcos é ou foi, na Península Ibérica, patrono dos criadores de gado⁶⁷, razão provável da sua popularidade toponímica no Baixo Alentejo e Algarve).

Embora a dedicação do lugar à Senhora da Saúde seja moderna, o culto popular praticado em seu nome será muito mais antigo, associado aos poderes curativos da água da fonte aí existente⁶⁸ e fazendo parte do complexo primitivamente dedicado à Senhora da Ajuda, que os frades não puderam transportar para Tavira.

⁶¹ Ver nota *Nível do mar na Antiguidade*, pág. 25

⁶² VASCONCELOS 1937: 207 e ANICA 1989: 225, nº3

⁶³ VASCONCELOS 1937: 272

⁶⁴ SERRA 1517: 199

⁶⁵ Revela também, como seria de esperar, que no séc. XVI (a ermida já existia em 1517) o caminho para o lado do rio era o da ponte medieval, por diques e terras secas através do antigo esteiro da Alagoa e subindo a colina pela Rua da Corujeira Grande (ANICA 1993: 346).

A construção do Convento do Carmo, iniciada em 1745 (VASCONCELOS 1937: 207), alterou profundamente a organização viária da zona. O largo de São Brás perdeu centralidade, criando-se uma rua de ligação com a zona do sapal na base da colina (antiga Rua das Pedras, hoje 1º de Dezembro). A antiga Carreira de São Lázaro, (hoje Rua Almirante Reis) (ANICA 1993: 346-7) passou a ser a estrada principal de Tavira para o Sotavento, seguindo o eixo aproximado da antiga EN 125 até ao sítio do Estádio de Futebol.

O eixo da Rua das Pedras e a altimetria da zona entre o Campo de Futebol e a parte inferior do Largo da Feira indica a presença de um esteiro, que obrigaria a estrada medieval a contorná-lo pelo norte, prosseguindo então pela Azinhaga de Vaz Varela até ao Poço homónimo, continuando então pelo antigo trajecto romano.

O caminho de São Brás para a Senhora da Saúde foi também substituído pela Estrada da Porta Nova. A ligação entre esta e a estrada da Fonte Salgada (hoje Rua da Porta Nova) será já da 2ª metade do Séc. XIX.

⁶⁶ Por SARRÃO 1607: 167 sabe-se que os frades paulistas tinham o seu convento inicial junto da ermida de Nª Srª da Ajuda, tendo então adquirido esse epíteto. Transferiram mais tarde a dedicação quando se mudaram para Tavira, construindo uma nova igreja de Nª Srª da Ajuda, junto ao seu novo convento de São Paulo, na Alagoa. O sítio primitivo foi posteriormente dedicado à Senhora da Saúde, que permanece na actualidade. O Santuário Mariano, citado por VASCONCELOS 1936: 206-7, confunde estas duas fases de instalação dos paulistas em Tavira, conhecendo apenas a igreja nova. Esta confusão manifesta-se quando, na sua edição de 1718 (ANICA 1989: 225, nº 2), apelida o convento, fundado em 1606, de "*muito antigo*". No entanto, o Santuário revela informações importantes relativamente à ermida original, afirmando ser "*tão antiga, que não se sabe dos seus princípios dizer nada*", que tinha uma imagem da Virgem de grande antiguidade, sendo "*das aparecidas e das que os antigos cristãos esconderam quando os mouros tomaram a Espanha*" e que o seu culto era muito popular, livrando os navegantes dos perigos e protegendo os habitantes das secas e das invernias destrutivas.

⁶⁷ ST. PATRICK 2005c

⁶⁸ Utilizada em lavagens e abluções pelos crentes. O culto associa-se a uma romaria e procissão proveniente de Tavira (informação de Judite Nascimento).

Será essa a causa provável da cristianização inicial do lugar, revelando a tradição anterior de mais um manancial/ninfeu curativo igualmente situado num importante cruzamento⁶⁹, entre a estrada ancestral para a Serra (E1 para Bernalfor, Mercador e Cachopo)⁷⁰ e via a transversal interior, alternativa à via romana litoral, pelo vale da Asseca.

V2 - Via transversal que evitava o vau do Gilão pelo Norte assim como os demais esteiros, permanecendo transitável todo o ano⁷¹. Esta característica, juntamente com um afastamento dos principais núcleos de povoamento, permite considerar o seu uso como via pecuária importante.

Proveniente das margens do delta do *Ana*, atravessava o vau ou pontão romano que existia na base da ribeira de Almargem (Solteiras), e dirigia-se pelo vale da Asseca (o que pode ter dado o nome a esta ribeira na Época Islâmica, como se refere no Apêndice 2, pág. 29), passando pelo sítio romano do Paul, dirigindo-se para Poente (Fonte do Bispo, São Brás de Alportel) e para o litoral Ocidental a partir de Moncarapacho (que alcançava por Monte Agudo e Monte do Tesouro).

Creemos que esta terá sido uma estrada natural activa desde a Pré-História, assinalada por diversos elementos megalíticos, um pedomorfo e diversas estações arqueológicas atribuídas à Idade do Bronze. Sai fora do âmbito deste trabalho estudar o seu percurso⁷².

A sua utilização na Época Romana não oferece dúvidas devido ao rosário de povoamentos que lhe está associada em toda a sua extensão e nos seus diferentes ramos. Para além das suas funções pecuárias terá sido uma via de *piedmont*, articulando os trânsitos entre a Serra e o Barrocal e servindo de eixo logístico da exploração mineira rural da fachada Sul do Caldeirão, função que se torna evidente no entorno de São Brás de Alportel.⁷³

Na junção do Séqua com a ribeira da Asseca a estrada encontrava o sítio romano de São Domingos da Asseca, onde se encontraram vestígios de mosaico⁷⁴. O sítio foi recentemente realocado, junto a um dos pilares do viaduto que cruza o vale d'Asseca⁷⁵. A sua posição sobre a via e num importante cruzamento de caminhos e vaus indicia a sua função provável de estação viária ou posto fiscal, com um porto fluvial anexo.

8. A via prosseguia para Nascente, passando pelo sítio da cerca e traseiras do Convento da Graça, na direcção do Campo da Feira, que atravessava aproximadamente no eixo da moderna Rua Jorge Corvo, atingindo o sítio do Poço de Vaz Varela.

Todo este troço desapareceu⁷⁶, sendo restituído por interpolação dos seus extremos, cuja orientação coincide com a do corpo da Ermida de São Brás.

9. Poço de Vaz Varela. A interessante lenda associada a este poço⁷⁷, sob um fundo mágico de tradição judaico-islâmica, (invulgar por se ter mantido não cristianizada!), revela aparentemente uma tradição mais antiga, de uma divindade muito provavelmente ctónica, presente num santuário viário onde era devido um culto de passagem.

É de destacar a conservação do muro antigo, junto ao edifício das piscinas, onde a tradição diz ser o lugar em que a "moura" do poço importunava maldosamente os passantes.⁷⁸

No sítio do poço existia outro cruzamento para Norte:

C9 - Pelo sítio dos Pezinhos na direcção da Serra, para Mosteiro e Castelo da Fuzeta, lugares de povoamento respectivamente, tardo-romano⁷⁹ e da Idade do Ferro⁸⁰. O topónimo "Pezinhos" revela a existência de outro lugar com marca de "pegadas", duplas ou múltiplas, como é caso comum noutras zonas⁸¹.

Este caminho poderá ter sido o mais utilizado no período entre o abandono do Cerro do Cavaco (e instituição de *Balsa* romana como lugar central) e a construção da ponte. Ver o tópico seguinte "*Prováveis vias romanas anteriores a Balsa*", pág. 14.

⁶⁹ Ver nota *Lugares Sagrados*, pág. 36

⁷⁰ MAIA 2000: 21-24 e FRAGA 2000: nº 2, "*Rede viária antiga do Algarve Central*"

⁷¹ Corresponde ao tipo de via "seca" de travessia dos esteiros, na nomenclatura apresentada no **Apêndice 3: Circulação viária**, pág. 33.

⁷² O seu traçado está reconstituído em FRAGA 2000, mapa nº2 e FRAGA 2002a, mapas 5 e 6.

⁷³ FRAGA 2002a: 33-37, 79-87.

⁷⁴ AFONSO 1972: 335

⁷⁵ Informação de Sandra Cavaco.

⁷⁶ Primeiro, pelo abandono funcional devido à já referida reorganização viária (ver nota 65, pág. 11), depois devido à tapanagem privada e utilização agrícola secular dos terrenos e, pela presença do Terreiro da Feira e, muito recentemente, pela construção das piscinas municipais e da sua envolvente.

⁷⁷ VASCONCELOS 1937: 288-290 e MAIA 1999: 13-16

⁷⁸ Informação de Maria Maia

⁷⁹ MACIEL 2003: 123

⁸⁰ ARRUDA 2003

⁸¹ GOMES E MONTEIRO 1977. Ver também o **Apêndice 1**, pág. 21.

C10 - No sítio da Capelinha poderia já existir uma ramificação para a Fonte Salgada, sítio moçárabe⁸² perto do cruzamento com a via transversal já referida. Este caminho cruza a via transversal **V2** junto ao Cerro do Mestre (ver nota 5, pág. 3).

10. A via dirigia-se então para Nordeste, pelo cruzamento do Morgado e pelo Mato de Santo Espírito até à ponte romana de Almargem, sendo possível reconstituir adequadamente o seu percurso por interpolação através de limites de propriedades e vestígios de veredas mais ou menos fossilizadas.

C11 - A ligação antiga pela margem antiga do sapal até ao esteiro do Almargem (Vale Caranguejo) e pela margem direita deste até à Ponte de Almargem permanece hipotética.⁸³

O micro-topónimo Vau, junto ao viaduto da via férrea (ponto mais estreito do esteiro nesta zona), reflecte quanto a nós, uma realidade relativamente recente, quando a menor potência do esteiro já permitia travessias a pé na baixa-mar, colocando-se para além disso muito mais a Sul da via romana e do posterior percurso medieval. De facto, a posição da ponte indica o nível da travessia mais a jusante na época da sua construção, bastante acima do lugar do Vau, pelo que este tem de ser posterior. Na Antiguidade uma eventual travessia directa desde o extremo da Calçadinha ou de qualquer ponto mais a jusante seria obrigatoriamente por barco, em qualquer maré normal.

11. Na ponte do Almargem, de origem romana, havia há anos vestígios de calçada da mesma época no seu lado poente.⁸⁴ A ponte situa-se sobre a linha de água mais profunda do antigo esteiro, que inundaria então toda a área. A cota relativamente baixa em que foi construída é a causa das incontáveis destruições e reparações de que tem sido alvo ao longo dos séculos, originadas por cheias e temporais.⁸⁵

A parte da via entre a ponte e a margem esquerda do esteiro corria certamente sobre um *portus* (dique ou pontão) inundável na preia-mar. Contornava pelo Norte a parte mais funda do esteiro, num trajecto provavelmente côncavo, deduzido da orientação do eixo da ponte e da altimetria local. A via seguia depois pela margem esquerda, ladeando a colina de Benamor pelo poente.

Articulados com a ponte e formando os seus acessos a partir de diversas origens, definem-se caminhos de ligação que se terão desenvolvido posteriormente à sua construção:

C12 - É muito provável que já existisse na Época Romana o caminho que liga a ponte do Almargem ao caminho serrano **C9** no seu ponto de cruzamento com a via transversal **V2**, pela margem direita do antigo esteiro. Trata-se de uma ligação alternativa, que se terá desenvolvido posteriormente à construção da ponte e à respectiva via principal.

C13 - Junto à margem esquerda, num ponto mal definido, entroncava um caminho de ligação com a estrada ancestral para a Serra de Tavira (**E2**) e com a via "seca" interior (**V2**), entre o Cerro de Almargem e as Solteiras. Há a notícia, não confirmada, da existência de um pontão romano na via "seca", que atravessava a ribeira das Solteiras e foi destruído há alguns anos. Esta ligação permite o acesso directo entre estas estradas pré-romanas e o eixo de *Balsa*, através da ponte.

C14 - Caminho de ligação nascente entre a via interior **V2** e a ponte, juntando-se ao anterior e partindo das vizinhanças de Valongo. É uma ligação suplementar da anterior, pelo que a sua utilização poderá ter-se desenvolvido mais tardiamente.

C15 - Caminho de ligação poente, entre a ponte e o caminho cadastral, entroncando neste junto a Vale d'El Rei. Este caminho liga-se a **V2** por **C8**. Constitui uma ligação inversa, entre os caminhos do vale da Asseca e a nova via romana para Cacela. A ausência de um percurso directo sugere tratar-se de um caminho pouco importante, sugerindo que os trânsitos transversais para Oriente continuavam a utilizar a velha via **V2**.

A utilização pré-romana da estrada serrana **E2** (caminho terrestre tradicional de Tavira para Alcoutim, Mértola e Beja, por Alto Mora) ilustra-se pelo achado de um bracelete de ouro maciço, datado do Bronze Final⁸⁶, não muito longe das Solteiras, e por um conjunto de estações arqueológicas Pré e Proto-Históricas ao longo do seu percurso.

12. Ao abandonar o vale de Almargem, a via prosseguia pela velha *Calçadinha*, topónimo local, de que sobreviveram troços de lajeado de grandes dimensões até há alguns anos⁸⁷, indicando a sua origem romana, num percurso paralelo e a Sul da E.N. 125.

⁸² Ver nota 36 na pág. 6.

⁸³ Este traçado só substitui a antiga via pelo Santo Espírito após a construção do primitivo aterro viário do Almargem, obra já existente em 1833, cuja data não sabemos determinar mas seguramente posterior à Restauração de 1640. Silva Lopes (LOPES 1841: 378) refere que a passagem se fazia então por uma ponte de um arco, construída com o referido aterro. Essa obra levou ao abandono da antiga Ponte do Almargem como passagem viária principal e associa-se à construção do eixo inicial da futura E.N. 125 na área da Conceição, a Norte da via antiga. O conjunto (ponte nova e acessos) foi totalmente refeito em 1862 (ROSA SANTOS: 1995: 74), tomando o aspecto que sobreviveu até há algumas décadas.

⁸⁴ SANTOS 1972: 336-8. Notícia confirmada por Maria Maia.

⁸⁵ Ver nota *Ponte do Almargem*, pág. 26.

⁸⁶ MAIA 2003c. Obtido por Estácio da Veiga em 1881, descoberto numa terra de cavadura da Serra da Conceição (VEIGA 1891: 191-192).

⁸⁷ Informação de um proprietário local.

A *Canada* aqui existente⁸⁸ hoje apenas topónimo, corria perpendicularmente à via romana na direcção do sapal⁸⁹, sendo independente e muito posterior a ela.⁹⁰

A via passava ao nível do portal da igreja da Conceição, perto da Fonte da Gomeira⁹¹ e seguia pelo caminho da Igreja na direcção a Cacula e daí a *Baesuris*.

Prováveis vias romanas anteriores a *Balsa*

A península, definida pela laguna marítima e pelos estuários do Séqua e do Almargem, contém dois caminhos antigos, genericamente paralelos entre si, notáveis pela regularidade do seus eixos e pelas suas orientações, entre o Oriente e o fundo do antigo regolfo do Séqua.

R1 - Mais a Sul, estabelece-se entre a margem oposta do antigo oppidum do Cerro do Cavaco e a zona da Arrancada da Conceição.

A sua posição mais a jusante, perto da Foz do esteiro do Almargem, indica ter sido o sítio primitivo da travessia por barco, anterior portanto à construção da ponte e das respectivas vias de acesso. Corresponde a um exemplo de travessia do tipo 1, segundo a nomenclatura descrita no **Apêndice 3: Circulação viária**, p. 34.

R2 - Mais a Norte, dirigia-se originalmente para o pontal de Vale Formoso, cabeço que dominava a Oriente o fundo do esteiro da Asseca.

A sua posição intermédia, entre o caminho R1 e a via seca V2, assim como a presença de vestígios colineares de caminho em ambas as margens antigas do esteiro do Almargem, revelam tratar-se do primitivo lugar de passagem a vau (travessia de tipo 2 da nomenclatura acima referida), anterior à existência da ponte.

Esta viria a ser construída, naturalmente, mais a jusante, no ponto onde a estrutura permitia cruzar a linha de água mais poderosa, então impossível de atravessar a vau.

Ambos os caminhos ignoram Tavira e o eixo *Baesuris-Balsa*, assim como os lugares sacralizados pré-romanos. Pelo contrário, como já foi dito, apontam para o povoado turdetano de *Balsa* e para o seu porto interior.

A sua regularidade linear, ao longo de alguns quilómetros, revela tratarem-se de obras projectadas, de engenharia topográfica, que sofreram posteriormente uma evolução orgânica prolongada. Apesar desta evolução, nota-se ainda que o seu eixo original era formado de segmentos rectilíneos, ligados por mudanças de direcção angulares, aspectos característicos dos traçados viários romanos.

Este conjunto de características permite datar a sua construção durante fase inicial do domínio romano efectivo (sécs. II a I a.C.), anterior à fundação de *Balsa* romana, quando o Cerro do Cavaco era ainda a capital local dos balsenses.

Pertenciam, aparentemente, a uma via militar, de comunicação terrestre permanente entre o delta do *Ana* e o porto de *Balsa* turdetana. A sua existência sugere o controlo e a utilização romana do porto interior do Séqua e a presença de uma força militar terrestre, de intervenção rápida, capaz de mover-se ao longo do litoral, defendendo os portos contra hipotéticas ameaças navais e sedições locais.

Poderá tratar-se de um dispositivo da Guerra Sertoriana (80-72 a. C.) ou da Guerra dos Piratas (66 a. C.).⁹²

Com o desenvolvimento de *Balsa* e da sua ligação a *Baesuris* (que deverá ser contemporânea da colocação do marco miliário de Bias, assinalando a ligação *Ossonoba-Balsa*⁹³), desenvolve-se o percurso pelo sítio de Tavira, descrito neste trabalho.

⁸⁸ SERRA 1517: 209-211

⁸⁹ ANICA: 1993: 52,55

⁹⁰ *Contra* RODRIGUES E BERNARDES 2003: 139-140, repetido em RODRIGUES 2004: 43 que apresentam a *Canada* da Conceição como indicador da via romana. Estes autores erram também, em nossa opinião, quando apontam as *canadas* em geral como topónimos indicadores de vias romanas (ver nota *Canadas*, pág. 22); quando ignoram o topónimo Calçadinha, esse sim claramente específico da época; e enfim quando apontam um trajecto de travessia do esteiro do Almargem pela sua parte então mais profunda (a via férrea), ignorando a alteração da linha da margem estuarina desde a Antiguidade e as evidentes vicissitudes técnicas dessa travessia (ver o que foi dito acima relativamente ao hipotético caminho **CII**).

Não deduzem que, se a ponte do Almargem fosse medieval, como afirmam, o vau romano teria de passar muito mais a Norte e nunca a Sul dela, pois nesta época o esteiro estaria ainda muito mais activo (ver nota *Ponte do Almargem*, pág. 26).

⁹¹ Ou Guomeira. SERRA 1517: 209, ANICA 34-5

⁹² A existência uma via militar de circunvalação costeira, dominando a retaguarda dos enclaves portuários existentes e impedindo a sua tomada por "piratas" ou nativos hostis, é um conceito estratégico que parece ter sido aplicado sistematicamente após a vitória de Augusto na fachada Gaditana e Atlântica da Península Ibérica. Ter-se-á destinado à erradicação definitiva dos focos endémicos de pirataria e de resistência filo-pompeiana, servindo posteriormente de via *per ora marítima*, de ligação interurbana entre colónias e municípios litorais. Este sistema de "pacificação" militar poderia ser mantido por uma única guarnição, aquartelada num lugar central interior (caso aparente de *Pax Iulia*, no Sudoeste, com a sua rede radial costeira de vias romanas), eventualmente reforçada por fortificações em lugares portuários mais estratégicos ou menos acessíveis (como pode ter sido o caso de *Ipsos-Alvor*).

Podemos conceber que, antes da construção da ponte do Almargem, o percurso pudesse seguir por Vaz Varela (**C9**) até ao sítio da Alagoa, na margem ocidental do antigo vau militar (**R2**), continuando então por Alviquer. A diferença entre os dois trajectos reconstituídos é de apenas 168 m, considerando o ponto de junção dos troços em Quinta de Baixo (ver **mapa C**).

⁹³ Ainda do tempo de Augusto ou dos imperadores seguintes, do séc. I d. C. (MASCARENHAS 1967; ENCARNÇÃO 1984: 720, nº 660; MANTAS 1997: 316-7).

Sítios arqueológicos

A tabela seguinte sintetiza os sítios arqueológicos referidos no texto ou representados no mapa, associando-os à sua tipologia viária

Nome	Tipologia viária	Local	Época	Tipo arqueológico
Atalaia	Sítio de passagem	Caminho secundário	Romano	Necrópole de inumação
Sant'Ana	Estação Vau	Via principal		Provável necrópole tardo-antiga ou moçárabe
Fazenda do Trindade	Estação	Via principal	Romano	Vicus ou complexo funcional
Ponte de Almargem	Ponte	Via principal	Romano	Ponte
Calçadinha	Via principal	Via principal	Romano	Calçada
São Domingos da Asseca	Estação Porto fluvial Vau	Via secundária	Romana	Estação viária e portuária Posto fiscal ? Villa ?
Paul da Asseca	Cruzamento Porto fluvial	Via secundária x caminho	Romano	Vicus Centro de indústria cerâmica ?
Pegada/Flandres ⁹⁴	Sítio de passagem	Caminho	Romano	"Casal rústico"
Bela Fria	-	Colina	Romano	Villa
R. Alexandre Herкулano	-	Margem do rio	Romana	Tesouro ou colecção de moedas
BNU	-	Margem do esteiro	Romano	Sepultura de incineração
Arrancada I ⁹⁵	-	Encosta na margem do esteiro	Romano	5 fornos de cal Fragmentos de cerâmica comum e materiais de construção
Arrancada II ⁹⁶	-	Planalto sobre o esteiro	I. do Ferro	Cerâmica turdetana
Arrancada III		Encosta na margem do esteiro	Romano	Fragmentos de ânforas "africanas"
Horta da Canada ⁹⁷	-	Margem do esteiro	Romano	Cemitério de inumação com 17 sepulturas
Castelo da Fuzeta	Sítio de passagem	Caminho	I. do Ferro	Bétilo
Mosteiro	Sítio de passagem	Caminho	Tardo-Antigo Moçárabe	Mosteiro páleo-cristão
Pontão das Solteiras	Pontão	Via secundária	?	Pontão
Serra da Conceição	-	Via secundária	I. do Bronze	Torca de ouro. Sepultura da Idade do Bronze
Serra de Tavira	-	?	Romano	Tesouro monetário. ⁹⁸
Cerro do Fojo	Vigia	Via secundária	?	Oppidum ?
Cerro do Mestre	Vigia	Via secundária	?	Oppidum
Cerro da Lagoa	Vigia	Via secundária x Via secundária	?	Oppidum
Cerro do Almargem	Vigia	Via secundária x Via secundária	?	Oppidum
Fonte Salgada	Cruzamento	Via secundária x caminho	Tardo-Antigo Moçárabe	Sepultura moçárabe séc. X
Arredores de Tavira	?	?	Tardo-Antigo Moçárabe	Sepultura moçárabe séc. VIII

Tabela 3 -Sítios arqueológicos romanos e turdetanos na zona de Tavira

⁹⁴ IPA 2005: CNS 13510. Sítio descoberto em 1999

⁹⁵ SANTOS 1972: 339

⁹⁶ Arrancada II e III são sítios inéditos. Informação de Maria e Manuel Maia.

⁹⁷ SANTOS 1972: 339-340 e planta seguinte

⁹⁸ "No principio deste ano de 1840 se descobriu na serra de Tavira uma porção de medalhas de prata do tamanho dum tostão, com os bustos em relevo de vários imperadores romanos da primeira época do império, bem conservadas e as legendas muito perceptíveis. Alcancei algumas para a Academia, por diligência do ... prior da Freguesia de Santo Estevão. Sabe-se que não eram poucas... mas não se tem podido descobrir o sítio em que foram achadas, nem circunstância alguma que esclareça este achado." (LOPES 1841: 528). Segundo IPA 2005: CNS 7635, o achado corresponderá a um "cemitério" localizado junto da actual casa do guarda florestal.

O povoamento rural romano nos arredores de Tavira. Hipótese interpretativa

A multiplicidade de referências a pedomorfos num espaço geográfico muito limitado revela a persistência, durante a época Romana, de um culto anterior localmente muito difundido. Este culto estava ligado a percursos e mananciais, tendo mantido uma simbologia indígena. A reconstituição complementar da rede viária local e doutros pontos geo-determinados notáveis permite propor a existência de uma sacralização sistemática das nascentes e cruzamentos em moldes semelhantes, que se manteve parcialmente até à actualidade, através de sacralizações páleo-cristãs e rededicações posteriores. Não há contudo, para nenhum deles, notícias de uma romanização formal, seja através de intervenções arquitectónicas ou estilísticas ou de objectos de dedicação.

Contrasta de facto a baixa densidade dos sítios romanos conhecidos em torno da laguna do Séqua-Almargem, relativamente à conhecida fertilidade estuarina e agrícola do local e, sobretudo, comparativamente às elevadas densidades de povoamento verificadas noutros *habitats* estuarinos do Algarve (ver Apêndice 3, pág. 33), como os de Lagos, Alvor e do antigo delta do Guadiana, considerando o número elevado de sítios arqueológicos conhecidos.⁹⁹

A rarefacção de vestígios arqueológicos romanos poderá, porém, dever-se à sua eliminação precoce, provocada pela intensificação da ocupação agrícola originada pelo desenvolvimento do aro de Tavira, após o Séc. XI. Essa obliteração arqueológica é muito provável em primitivos *habitats* rurais que se tenham posteriormente urbanizado, submetido a uma exploração agrícola continuada ou mantido reocupações sucessivas. Os modestos vestígios romanos característicos desses povoamentos tendem a desaparecer rapidamente nessas circunstâncias¹⁰⁰.

Contudo, a hipótese do registo arqueológico reflectir uma efectiva "ruralização desertificada" numa zona naturalmente fértil, pode ter tido causas patogénicas (epidemias), políticas (deslocação mais ou menos compulsiva da população para a cidade de *Balsa* ou dispersa por outras regiões) ou agrárias (monopolização da terra impedindo a sua colonização e exploração). O modo da refundação municipal Flávia de *Balsa*¹⁰¹ e a presença de um significativo contingente de cidadãos de origem estrangeira sugere a confirmação de um sério défice demográfico anterior na região e no próprio centro urbano *peregrino estipendiário*. As causas deste fenómeno, que corrobora a raridade de sítios romanos já referida, permanecem desconhecidas.

A sacralização sistemática atrás referida traduz, no nosso entender, um elevado grau de domínio do território, uma familiaridade e um sentido de identificação só possível pela manutenção de uma memória cultural continuada através de gerações. A densidade da malha resultante revela também uma ocupação intensa e permanente, sedentária e/ou com ritmos bem assentes de circulação sazonal.

A transparência das formas de culto pré-romanas parece significar assim a manutenção da identidade cultural e da apropriação do território pelas populações indígenas rurais, sendo também de esperar uma continuidade toponímica, hoje infelizmente desaparecida, para além do possível caso de *Séqua*, já referido.

Esta apropriação pré-romana do território seria a existente na fase final de *Balsa* pré-romana, correspondente ao predomínio do *oppidum* do Cerro do Cavaco, podendo no entanto ter raízes anteriores.

Podemos, assim, postular que nesta zona do território balsense se tenha mantido uma população de extracto indígena, habitantes rurais de *pagi*, sem direitos de cidadania municipal e pertencendo aos níveis sociais mais inferiores, não tendo por isso de fazer nenhum esforço especial para se romanizar.

A aparente ausência de povoados com características indígenas mais ou menos romanizadas sugere que essa população indígena não estaria organizada em comunidades *peregrinas*, sob a forma de *vici*.

Por outro lado, a presença de sítios e de marcas cadastrais romanas na vizinhança indica que a terra terá sido efectivamente dividida e distribuída segundo o modo Romano clássico.

Esta aparente contradição leva a crer na manutenção das relações fundiárias anteriores, enquadradas no sistema administrativo romano, em que as terras foram assignadas aos descendentes de próceres indíge-

⁹⁹ FRAGA 2005a: Mapa 24, Síntese corográfica e viária do Sul da Lusitânia

¹⁰⁰ A ausência de grandes estruturas, estátuas, lápides escritas e elementos arquitectónicos clássicos também não terá atraído a atenção de antiquários e arqueólogos até à década de 60 do Século XX, altura em que se iniciaram as maiores e mais radicais destruições agrícolas e urbanísticas. Salvo raras excepções de sobrevivências toponímicas e etnográficas, apenas permanecem neste tipo de locais cacos cerâmicos isolados e dispersos e eventuais vestígios de metalurgia, somente identificáveis por prospecções sistemáticas e cuidadosas, que nunca foram realizadas.

¹⁰¹ A restituição da forma urbana de *Balsa* revela a existência de uma nova cidade acoplada à anterior, constituindo uma *dípolis*, forma que se deverá associar a refundações que unissem uma comunidade pré-existente com um novo grupo imigrante (FRAGA 2005 b: *hipótese de evolução urbana*).

nas, entretanto romanizados e urbanizados, provavelmente no processo de mudança de estatuto de *Balsa*, de comunidade *peregrina estipendiária* para município de direito latino.

Esses próceres terão porém continuado a utilizar as relações de clientela e dependência rural pré-existentes, mantendo os sistemas de exploração e de ocupação do território e a continuidade populacional e cultural referidas, num quadro de habitat rural disperso, de pequenas dimensões e, muito provavelmente, com uma densidade populacional muito baixa, sem expressão arqueológica romanizada.

Em termos formais, terá sido assim uma zona em que se verificou a manutenção da formação social turdetana original, articulada com o modo de produção tributário instituído pela municipalização romana do território.

No entanto, esta provável não-romanização rural não se pode nem deve generalizar à totalidade do território balseense. Não existia certamente nem nas áreas centuriadas, apropriadas por colonos-cidadãos urbanos, nem muito menos, nas *villae* e *fundi* romanizados, demarcados no exterior da *peritica*, das quais sobreviveram por vezes notícias através da manutenção da toponímia dos *possessores*¹⁰² (embora estas possam ser mais tardias, constituídas sobre terras primitivamente centuriadas e posteriormente desvinculadas dos *agri* sob administração curial).

Paul da Asseca

O sítio romano do Paul da Asseca ultrapassa, pela sua extensão e quantidade dos achados¹⁰³, a dimensão habitual destes estabelecimentos, configurando-se como um *vicus* estuarino e o mais importante povoado secundário de *Balsa* nesta zona.

O sítio nunca foi convenientemente estudado, sendo impossível definir elementos da sua topografia. Os achados continuam a aparecer até hoje, numa extensão de alguns quilómetros, sem qualquer controlo, havendo notícias recentes de sepulturas, moedas e materiais de construção, que têm surgido em diversos locais aquando da plantação dos pomares de citrinos que actualmente cobrem a maior parte do terreno.

Não é clara porém a proveniência do grande capitel coríntio aí localizado há alguns anos, sem contexto nem outros vestígios de colunas¹⁰⁴. Poderá tratar-se de um dos desaparecidos capiteis de *Balsa*, trazido por um proprietário local.

Perto do local de achamento do capitel existe uma importante mina (poço horizontal) escavada na rocha, constituída por uma abertura, onde foi reaproveitado um grande lintel de cantaria talhada, e por uma galeria transitável com cerca de duas dezenas de metros, terminando num manancial interior junto ao veio de água.

Há notícia de fortes muros de alvenaria impermeável situados a uma cota mais elevada na área dos Moinhos da Rocha. Poderão ter pertencido ao dispositivo desses moinhos hidráulicos, que já existiam no período islâmico, ou a uma barragem romana mais antiga.

O *Pego do Inferno*, com a sua profunda lagoa e cascata naturais situa-se dentro do perímetro de achados arqueológicos. Foi usado, tradicionalmente, como um dos mais importantes bebedouros de gado da zona, com água corrente em toda a estação estival. É também o local mais importante, na área de Tavira, da celebração do banquete ritual do dia de Maio. Corresponderá assim ao lugar de um primitivo santuário aquático e silvestre, associado às passagens de gados aos festivais comemorativos do Verão e propiciatórios da fertilidade humana, dedicados naturalmente a Diana e Silvano¹⁰⁵ na Época romana e com uma provável origem anterior.

A dispersão de achados funerários indicia terem existido pelo menos duas necrópoles de dimensões consideráveis, para além de outras mais pequenas ou sepulturas isoladas. Descobriu-se recentemente na encosta Sul do vale, numa cota elevada e distante dos habitats humanos, um conjunto de covas horizontais escavadas na rocha e com abertura voltada a nascente, sem espólio arqueológico¹⁰⁶. Poderá corresponder a uma necrópole, pilhada ou nunca utilizada, de época indeterminada.

Provém do Paul uma significativa lápide da época romana, datada de finais do séc. II ou inícios do III¹⁰⁷, dedicada a *Salianus* pelo seu pai *Romulensis*. Segundo a leitura de Alexandre Cesário¹⁰⁸, seriam uma

¹⁰² De que sobreviveram, na toponímia do Algarve Litoral, a Leste de Faro, *Galvana*, *Sambada*, *Jordana*, *Marim*, *Fajana* e *Caiana* (estudo inédito de Alice Fernandes).

¹⁰³ SANTOS 1972: 297-300.

¹⁰⁴ MARQUES 1995: 111,133

¹⁰⁵ Ver nota *Lugares Sagrados*, pág. 36.

¹⁰⁶ Informação de Sandra Cavaco.

¹⁰⁷ ENCARNAÇÃO 1984: 146-148, nº 88

família proveniente da Bética, sendo o pai de Sevilha (*colonia Iulia Romula Hispalis*) e o filho de *Singilia Barba*, (arredores de Antequera, Málaga), provavelmente ligados à indústria de olaria ou cerâmica. Índigenas romanizados, imigrantes na região de *Balsa*, ter-se-iam localizado no *vicus* do Paul, onde existem barros de qualidade.

Embora não se tenham encontrado até à data vestígios de fornos ou produção cerâmica da época romana, estes indícios ajustam-se à sua localização industrial óptima, sobre uma via de comunicação entre os filões de matéria prima e o cais de embarque ligado aos portos litorais e ao mar aberto.

De facto, o sítio dispõe-se ao longo do vale da ribeira da Asseca, a meio caminho entre a margem do antigo esteiro navegável (São Domingos da Asseca) e os filões argilosos das Hortas e Fonte do Bispo. Situa-se junto à via interior da orla serrana (V2, pág. 12), tendo também uma ligação directa a *Balsa* por um caminho secundário, que seguiria por Prego (topónimo de raiz latina **PRÆCUM*, significando oratório ou pequeno lugar de culto na berma da estrada) e Igreja (Santo Estevão¹⁰⁹).

Seria portanto, em síntese:

- Um centro agrícola multinucleado, com provável irrigação artificial dos campos e mais que provável abastecimento de água às casas mais importantes.
- Uma estação viária sacralizada, associada a trânsitos pecuários.
- Um importante centro oleiro local, de cerâmica comum e materiais de construção.

Provável cadastro romano

A análise preliminar, decorrente de um estudo em curso, sobre vestígios de cadastros romanos na parte oriental do território balsense indica resultados promissores, apresentados no Mapa C.

As possíveis marcas cadastrais nesta zona (Vale Formoso e, sobretudo, planície de Cacela) têm uma orientação distinta da zona centuriada centrada em *Balsa*, sugerindo tratar-se ou de uma demarcação posterior ou de uma unidade administrativa distinta, provavelmente centrada em Cacela ou São Bartolomeu.¹¹⁰

O padrão do cadastro actual dos vales da Asseca e da sua continuação para Nascente, na orla meridional da Serra, de *cardines* compatíveis com o provável *decumanus* de Vale Formoso, sugere uma divisão de grande escopo que transcende totalmente o sistema de propriedade moderno e cuja origem medieval é desconhecida e pouco provável. Esta divisão estabelece-se perpendicularmente ao eixo do vale, correspondendo a tractos de terra de pastos húmidos ou de maior qualidade agrícola. Propomos uma origem romana para esta divisão fundiária, que corresponderá, pela sua forma, ao processo de divisão cadastral em *strigae* e *scammae*, descrito pelos gromáticos.¹¹¹

¹⁰⁸ CESÁRIO 2000. Transcrevemos, com a devida vénia, a leitura e respectiva tradução deste autor: D(iis) M(anibus) [S(acrum)] / SALIANVS V(i)X(it) / ANNIS XXXIII (trigintatribus) M(ensibus) / II (duobus) ROMVLE(n)SIS PATER / POS(uit) <F>ILIO PIENISS(imo) SIT(o) / BARB(a)E //

Consagrado aos Deuses Manes. Salianus, natural de (Singilia) Barba, viveu trinta e três anos e dois meses. O pai, Romulensis, colocou ao filho, modelo de piedade, (que aqui está) sepultado.

¹⁰⁹ A primeira referência à igreja e freguesia de Santo Estevão parece ser de 1597 (ANICA 1993: 37). A igreja ainda não é referida na Visitação de 1517-18 da Ordem de Santiago, mas o hagiónimo já o é, relativo a uma herdade (SERRA 1517: 195). O culto ao santo será assim anterior à criação da igreja e da freguesia, desconhecendo-se porém a sua origem:

- Poderá ser páleo-cristão, devido à presença do topónimo local *Igreja*, com importantes vestígios romanos, a cerca de um quilómetro do templo actual, sem memória religiosa associada (SANTOS 1972: 297). O culto de Santo Estevão difundiu-se com o domínio bizantino (A imperatriz Eudóxia dedica-lhe uma igreja em 444, segundo ST.PATRICK 2005e), fazendo parte do panteão bizantino norte-africano (FRIEND 2000: 325,328), provavelmente introduzido no Sul da Península Ibérica no séc. VI ou VII.
- Poderá, no entanto, ser posterior à conquista portuguesa. A tradição local de cavalhadas no dia do santo (26 de Dezembro), elemento habitual associado ao seu culto (Leite Vasconcelos ??) pode indicar uma actividade das milícias de defesa das praças de Marrocos, no séc. XV, associada à criação de cavalos e ao treino militar, o que explicaria a dedicação ao santo. Sabe-se de facto que a zona da Luz de Tavira, em que o território de Santo Estevão então se incluía, foi nessa época uma área de colonização rural associada à defesa das fortalezas africanas (OLIVEIRA 1913: 88-93)

¹¹⁰ Estudo do autor, em preparação.

¹¹¹ CHOUQUER e FAVORY 2001: 115-124. O termo *striga* poderá estar na etimologia dos lugares de *Estiramantens* (no limite norte das centúrias balsenses) e *Estraga Mantens* (na Serra), topónimos moçárabes provenientes do latim tardio, quicã já com o sentido de tiras de terra, longas e estreitas.

A delimitação cadastral nas formas *strigae/scammae* aplica-se a vales planos, de valor agro-pecuário, encaixados entre terrenos montanhosos e pobres. A centurição clássica é impossível nestas topografias, devido à estreiteza e mudanças de direcção da faixa de terra útil.

Este processo, consistiria na divisão em talhões perpendicularmente a um eixo que pode mudar de direcção (*striga* em talhões verticais ao longo de um eixo horizontal e *scamna*, vice-versa). O vale da Asseca estaria assim submetido a um cadastro *strigatum*, em contraste com o restante território litoral, em que são notáveis os vestígios de centurições ortogonais clássicas.



Notas

Tópicos autónomos do tema de **Tavira Romana**, mas que ilustram aspectos abordados no texto. Apresentados por ordem alfabética

Arabização toponímica

A arabização de topónimos páleo-cristãos é comum, sobretudo na época em que um extracto significativo das elites cristãs se converteu ao Islão, transformando-se em *mulladis*. Os locais dominados por este grupo social caracterizam-se pela arabização da toponímia latina e moçárabe anterior, significando uma continuidade de ocupação com mudança da língua dominante. A arabização da toponímia páleo-cristã acompanha-se normalmente pela extinção do culto cristão primitivo, associada à conversão ao Islão.

No Algarve, para além de *Gillā*, propõem-se outros exemplos, como São Brás e Nexe:

São Brás < *Šanbrās* < *SANCTI BLASI (KHAWLI 2002: 36)

Nexe < Neixe < *Tartāniš* < *SANCTA AGNES (KHAWLI 2002: 36 e Alice Fernandes)

A dedicação a Santa Inês ter-se-ia extinguido antes do domínio português, tendo sido substituída já durante este pela de Santa Bárbara.

A situação é distinta nos sítios de colonização árabe e berbere (onde os topónimos tardo-romanos desapareceram, substituídos por outros nessas línguas) e nas comunidades que se mantiveram moçárabes (onde sobreviveram os topónimos e os cultos páleo-cristãos, após a conquista portuguesa de 1249). (FRAGA 2002a: 61-65).

Ascendência de Ibn Casi

Ibn Casi pertencia a uma família abastada da elite *mulladi* (cristãos convertidos ao Islão) O seu nome, que significa "filho de Cássio" (informação de Abdallah Khawli), confirma-o. A manutenção de um patronímico latino indicia ter pertencido a uma das primeiras gerações islamizadas da *Qaria Gillā*. Tal parece significar que o lugar se manteve moçárabe até à conquista almorávida ou mesmo antes (segundo Khawli), convivendo com o novo povoado muçulmano de *Tabira*, fundado na outra margem algures no séc. XI. (M MAIA 2003: 156)

Khawli propõe a hipótese do patronímico *Cássio* ser remanescente da *gens* romana homónima Alto-imperial, testemunhando uma continuidade de linhagem. Trata-se, no nosso entender, de uma hipótese difícil mas aliciante. Por um lado, o período de tempo é demasiado longo e o número de achados onomásticos demasiado escasso, sem abonações intermédias. Por outro lado, os dois únicos *Cassii* conhecidos a Sul de Beja são precisamente de Balsa, do Séc. II d.C. (MERIDA 2003: 135 e ENCARNAÇÃO 1988: 128-9, nº 76 e 134-7, nº 80) e o velho gentílico sobreviveu numa estirpe local até finais do Séc. XI. Ora uma família moçárabe da zona de Tavira, abastada, de nome romano e não visigótico, seria muito provavelmente o ramo final de uma linhagem de *honestiores* balsenses do Baixo Império, com origens no Séc. IV ou mesmo antes! Falta-nos, infelizmente, a sobrevivência de um topónimo *Cassiana* ou equiparado, para validar territorialmente esta hipótese.

Busto romano de Tavira

Frei Vicente Salgado era discípulo e protegido do bispo Cenáculo, a quem dedica encomiasticamente a sua obra. Foi graças à biblioteca e à influência do seu patrono que conseguiu levar a cabo a investigação necessária e as autorizações para a sua publicação. Destaca também o gosto do bispo pelo coleccionismo de objectos da Antiguidade Romana. (SALGADO 1786: dedicatória e p. 129-130, nota 6).

Nada mais natural, portanto, que levar o busto "de dois palmos" que lhe "pareceu muito bem" como oferta ao seu protector. De facto, não se ouve falar mais do busto de Tavira mas surge, pela mesma altura, o busto da dama nossa conhecida na colecção do bispo Cenáculo (catálogo de SIMÕES 1869: 12), proveniente precisamente de Tavira e com os mesmos dois palmos (56 cm, incluindo a peanha, segundo BASARRATE 2003). Seria de facto extraordinário não se tratar da mesma peça!

Os arqueólogos contemporâneos têm afastado a peça de Tavira, apesar da informação do catálogo da colecção Cenáculo (SIMÕES 1869), revelando como o preconceito pode fazer mover objectos: SANTOS 1971: 292-3 fala no seu achamento nos arredores de Tavira, situando-o em na Torre d'Aires ou nas Antas, ALARCÃO 1988: 205, nº 8/286, embora referindo SIMÕES 1869, prefere afirmar que não se sabe se a peça veio da cidade ou do concelho, talvez de Balsa. BASARRATE: 2003 afirma já que a peça veio de Balsa!

Canadas

As canadas são vias pecuárias que se tornaram obrigatórias no Algarve para a circulação de gado, talvez a partir do séc. XV. A sua difusão acompanha o processo de tapagem das propriedades rústicas e a extinção dos direitos de pastagem livre.

Chamam-se assim devido à sua função e à secção murada ser semelhante a um cano antigo (Do lat. *canum* e *cana*). Eram aqui veredas ladeadas por muros, ou valados, que impediam o gado de talar os terrenos vizinhos, sendo por vezes limitadas por estacarias de madeira, o que deixou também uma toponímia própria.

No Algarve as canadas existem sobretudo no Litoral, mas também no Barrocal, correndo paralelas às estradas de circulação humana ou derivando para pêgos, almargens, sapais e ilhas-barreira onde existam bebedouros naturais e, sobretudo, pastos (como é o caso da Canada da Conceição).

A sua associação a vias romanas é meramente circunstancial, quando exista já uma nova estrada humana que tenha substituído a antiga via e esta tenha sobrevivido em troços paralelos, não privatizados nem de caminhos públicos, podendo ser então convertidas em canadas.

É uma situação bastante rara, que terá existido na zona de Bias (na via romana litoral entre a Ribeira das Fontes Santas e a Fuzeta, a Sul da E.N. 125 - FRAGA 2005a: mapa nº 25: *Arredores de Balsa*) e em poucos mais sítios onde o topónimo tenha sobrevivido.

Colina de Sant'Ana e a qaria Gillā

A posição isolada e delimitada da colina de Sant'Ana, a sua separação de Tavira pelo rio, a existência de uma mesquita e de prováveis muralhas definem uma topografia adequada e arqueologicamente compatível com um *ribat*.

A localização tradicional de *Gillā* em Arrifana, da autoria de David Lopes, foi posta em causa por Christophe Picard (PICARD 2000: 94, nota 45) e abandonada posteriormente pela maioria dos arabistas, tendo António Rei produzido uma excelente síntese do assunto (REI 2002). Este autor localiza *Gillā* no Monte Júlia (ou na Azinhaga da Júlia), lugares da freguesia de Alte (Loulé) a partir da sua proximidade de Silves e da homofonia dos topónimos. Porém Júlia é uma antropónimo corrente e transparente, de origem portuguesa provavelmente moderna. A sua associação a Monte e Charneca, comum a outros antropónimos semelhantes, reforçam esta conclusão. Para além da ausência de um perfil arqueológico próprio de um *ribat*, pensamos que o erro consiste essencialmente em procurar-se um lugar dos arredores de Silves, condicionado pelo anacronismo territorial dos limites do Concelho actual ou mesmo do Termo medieval. Segundo a própria leitura de Rei (REI 2002: 54, nota 10) *Gillā* é um dos povoados de Silves. Ora "Silves" surge habitualmente nas fontes árabes como referente do território ou da esfera do domínio político sediado na cidade (tal como sucedera com *Uksunuba* em séculos anteriores), ou seja, da extensão da sua província e não do centro urbano.

Abdallah Khawli colocou também a hipótese de associar *Gillā* ao topónimo *Gião* (Moncarapacho, Olhão) ou *Giões* (Giões, Alcoutim). Sendo um antropónimo também derivado de *Juliano* (*Gião* < *Julião* < *Juliano*), é contudo uma forma onomástica galaico-portuguesa, que surge no Algarve apenas como consequência do povoamento português posterior à conquista (A. FERNANDES 1999: 254-255 e informação complementar desta autora). A transformação *Gião* < *Gillā* é assim virtualmente impossível por razões histórico-linguísticas.

Custos e velocidades dos transportes

Custos relativos

Custos relativos dos diferentes meios de transportes na Antiguidade e na Europa Pré-Industrial, considerando o mesmo produto e a mesma distância.

Tabela compilada e preparada a partir da recolha de ÁLVAREZ, 2001, nota 9, p.22.

Estudo	Época Região	Referência da compa- ração	Meio de transporte									Bibliografia
			Terrestre			Fluvial			Marítimo			
			Geral	Carro	Ani- mal de carga	Geral	A favor da cor- rente	Contra a cor- rente	Geral	A favor do vento	Contra o vento	
R. Dun- can Jones	Romana	Marítimo	34-42			4,9			1			The economy of the Roman Empire. Quantitative Studies, Cambridge, 1982, p.366 e seg.
		Fluvial	6.9-8.6			1			0.20			
Ibidem	Séc. XVIII Inglaterra	Marítimo	22.6			4.7			1			Idem, p.367 e seg.
		Fluvial	4.8			1			0.21			
A. Deman	Romana	Marítimo	39			5.8			1			Reflexions sur la navigation fluviale dans l'Antiquité Romaine in "Histoire économique de l'Antiquité", Louvain-la-Neuve, 1987, p.81
		Fluvial	6.7			1			0.17			
J. Gaspar	Séc. XVIII Portugal	Fluvial	10			1						Os portos fluviais do Tejo in "Finisterra, 5", 1979, pp.153-204
J. Künow	Romana Germania	Marítimo	62.5			5.9			1			Negotiator et Vectura. Händler und Transport im freien Germanien, Marburg, 1980
		Fluvial	10.6			1			0.17			
C. Carre- ras Monfort	Romana Britannia	Marítimo	47.1	50.7	43.4	5.1	3.4	6.8	1			Una reconstrucción del comércio en cerámicas: la red de transportes en Britannia, Barcelona, 1994, p.32
		Fluvial	9.2	9.9	8.5	1	0.67	1.33	0.20			

Velocidades

Velocidades dos transportes navais na Época Romana, em metros/hora.

Tabela compilada e preparada a partir da recolha de ÁLVAREZ, 2001, nota 10, p.23. Os valores em metros são resultantes da conversão de valores originais em nós e milhas.

Estudo	Tipo de barco	Condições	Meio						Bibliografia e notas
			Fluvial			Marítimo			
			Geral	A favor da cor- rente	Contra a corrente	Geral	A favor do ven- to	Contra o vento	
L. Casson	Mercante isolado	Velocidade máxima						3704- 4630	Ships and Seamanship in the Ancient World, Princeton, 1971, p.290 e seg.
	Combóio de navios					2778- 4167	3704- 5556	1852- 2778	
K. Greene	Barco isolado	Velocidade média					9260		The Archaeology of the Roman Economy, London, 1986, p.29
C. Carreras Monfort		Normais	1806	2889	722*	4260			Una reconstrucción del comércio en cerámicas: la red de transportes en Britannia, Barcelona, 1994, p.25
	Genérico, no Guadiana	Vela auxi- liar a favor do vento, a remos con- tra o vento.		2750					Estimativa do autor, da velocidade de navegação usando os "pontos de maré" entre Castro Marim e Alcoutim, distantes de 33 km, utilizando a corrente oceânica durante dois períodos de 6 horas, com paragem de 6 horas num porto intermédio (Foz de Odeleite ?), não contabilizada no cálculo da velocidade.

* Sem sirga

Estações viárias romanas

Consideramos¹¹² a existência de quatro níveis funcionais de estações viárias na Época Romana, em que as estações de nível superior acumulam as funções dos níveis inferiores:

1. *Mansio*. Estação da *annona* assinalada nos Itinerários Antoninos. As *mansiones* só existem aonde há comunidades de contribuintes: *civitates* ou outra forma de organização local de tipo municipal, *metalla* ou estabelecimentos industriais públicos (armamento, têxteis e vestuário, couros, tinturaria, conservas). Existiam ainda *mansiones* essencialmente logísticas e administrativas, em portos navais, fronteiras provinciais e centros de distribuição legionária, correspondendo geralmente a *caput* ou *terminus* de itinerários fiscais.

Possuíam complexos de armazéns, uma área residencial do funcionário superior encarregado da *mansio*, áreas administrativas e residenciais do pessoal menor e da guarnição. Em zonas e épocas menos seguras tinham um carácter mais ou menos fortificado. Estabeleciavam-se normalmente em zona extra-territorial relativamente à zona urbana "civil" municipal, podendo constituir um assentamento separado, com porto próprio e junto à via ou entroncamento viário principal. Pequenos templos seriam frequentes, dedicados a divindades locais, ao culto imperial e à *dea annona*.

No conjunto, ocupavam uma área que podia ser considerável.

2. *Statio*. Pousada de pernoita do *cursus publicus* e dos trânsitos da *annona* e particulares. As *stativae* localizavam-se espaçada e regularmente à distância de um dia de marcha: 20 a 24 *m.p.*¹¹³ Este número era menor em zonas montanhosas e maior em zonas planas com acessos directos.

Possuíam frequentemente balneários, para além de dormitórios e estábulos e currais nocturnos.

3. *Mutatio*. Estação de muda e estalagem-taberna. Localizadas entre *stativae*, cada 6 a 12 *m.p.*, com uma média de 8 a 10 *m.p.* Possuíam estábulos com reservas de animais de muda e residência e instalações de estalagem.
4. *Portus*. Ponto de passagem e referência do percurso: miliário, bebedouro, cruzamento, vau, monumento cívico, religioso ou funerário. Os sítios funcionais de repouso intermédio articulam-se geralmente com a *leuca* (légua), de 3 *m.p.*, distância correspondente a cerca de uma hora de marcha. A dessedentação dos animais de tiro e gados tem um papel primordial na sua definição, que se associaria assim a mananciais, fontes e pegos. A sua sacralização, primordial ou acessória, seria frequente.

Estrabão e a geografia costeira do Golfo de Cádiz

Estrabão é o autor clássico que mais detalhes fornece sobre a geografia estuarina do Sudoeste Peninsular na Antiguidade. Distingue perfeitamente esteiros e estuários, tratando apenas dos primeiros e referindo os últimos como vales fluviais e parte integrante dos rios.

Refere a existência de canais artificiais de navegação, correspondendo às situações actuais dos canais e das barras que têm de se manter artificialmente abertos por desassoreamento periódico.

Nota também a existência de vias terrestres inundadas pelas marés, correspondendo aos trajectos sobre *portus* que cruzam os esteiros mais perto da foz. Esta deveria ser a situação de numerosos esteiros do Algarve.

Não especifica as rias, referindo-se apenas a esteiros que mantêm sempre parte da sua água, por oposição a outros que a perdem na maré baixa. Assinala ainda a existência de ilhas no meio dos esteiros, correspondendo a partes nunca inundadas, de que sabemos hoje terem sido algumas habitadas ou ocupadas por construções.

Refere finalmente a navegação de maré, quer na entrada quer na saída dos esteiros, cujo impulso compara ao obtido pela corrente dos rios. Tal sugere uma navegação fluvial baseada nos "pontos de maré", bem conhecida no Guadiana até ao advento dos barcos motorizados, e que se pode fazer corresponder às estações fluviais romanas identificadas ao longo do rio.

Transcrevem-se excertos da sua *Geografia*, relativos aos estuários do Golfo de Cádiz, organizados por tópicos:

- A configuração da costa do Golfo de Cádiz

A terra costeira entre o Promontório Sagrado e as Colunas de Hércules constitui uma grande planície. Em muitos lugares dela formam-se depressões em que o mar penetra por terra adentro, parecidas a barrancos de média profundidade ou vales fluviais e que se prolongam por muitos estádios. (III.2.4)

¹¹² Síntese interpretativa a partir de BERCHEM 1937, SILLIÈRES 1990 e CHEVALLIER 1997.

¹¹³ *Milia passuum*, Milhas romanas de 1479 m.

- A definição de esteiro
Chamam-se esteiros às aberturas do litoral que se enchem com as marés-altas e que, como rios, podem ser navegados até ao interior... (III.1.9)
- A navegabilidade bidireccional ocasionada pelas correntes da maré
Estas depressões são cheias pelas crescidas do mar durante as marés-altas até ao ponto de poderem ser navegáveis por embarcações, não menos que os rios e inclusivamente melhor. Pois a navegação aqui parece-se com a da descida dos rios, já que, por um lado não se produz nenhuma resistência em contrário e por outro, o mar na sua subida empurra as popas, comportando-se como a corrente de um rio. (III.2.4)
- A força das marés e a sua influência no alagamento dos esteiros
Aqui as marés são mais vivas do que noutros lugares... Alguns destes esteiros com efeito esvaziam-se durante as marés baixas, a outros a água não abandona completamente e outros ainda possuem ilhas no seu interior. Tais são os estuários entre o Cabo Sagrado e as Colunas, que têm uma crescida de maré maior que os demais sítios. (III.2.4)
- A subordinação do uso da rede viária terrestre litoral e da navegação estuarina às inundações e marés
As confluências interiores tornam-se também úteis durante as inundações frequentes que cobrem os istmos e fecham os caminhos, ao mesmo tempo que tornam a planície navegável, de modo que as embarcações podem passar dos rios para os estuários e de estes para aqueles. (III.2.5)
- Os esteiros como via navegável e localizações de portos de comércio marítimo e interior
Contribuem para [a exportação] os rios e os esteiros, que como dissemos, são semelhantes a rios e igualmente navegáveis, não só por pequenas embarcações mas também por grandes barcos. (III.2.4)
Assim, conhecedores...que os estuários proporcionavam as mesmas vantagens que os rios, [os habitantes] estabeleceram nas suas margens cidades poderosas e outras fundações. Entre elas encontram-se Asta, Nabrisa, Onoba, Ossonoba, Mainoba e muitas outras. Para além disso, em alguns lugares abriram-se canais, originados pela existência de pontos de partida e chegada de tráfego comercial, tanto interior como exterior. (III.2.5)
- As marés como factor da navegação comercial
Esta maior crescida de maré constitui uma vantagem para os navegantes pois torna mais frequentes e maiores os esteiros, que muitas vezes se tornam navegáveis até oito (quatrocentos) estádios, de maneira que, de certo modo, a crescida torna navegável toda a região e cómoda para a exportação e importação de mercadorias. (III.2.4)
- O rio Guadiana
Também o Anas é navegável mas não por barcos tão grandes nem em tanta extensão [como o Betis-Guadalquivir] (III.2.3)
... o rio Anas, que também tem duas bocas [como o Betis] e a entrada por elas. (III.1.9)

Nível do mar na Antiguidade

O nível do mar na época romana corresponde, na zona de Balsa, aproximadamente à cota actual dos 4 m (1.16 m acima dos 2.84 m que se fazem corresponder convencionalmente ao nível da preia-mar actual, com altimetria relativa ao marégrafo de Cascais). Esta diferença reparte-se entre a subida devida à segunda fase da transgressão marítima *dunkerquiana* (mal estudada no Algarve em contextos arqueológicos) e a sedimentação litoral, provocada sobretudo por derrubes e arrastamentos da encosta.

Esta cota de 4 m é a mesma de Tavira, correspondendo ao nível útil do cais turdetano do antigo B.N.U. (séc. V a. C.), no antigo esteiro da Praça da República e a estratigrafias do Gilão observadas na área da moderna ponte de Santiago.

Os leques sedimentares formados posteriormente nos esteiros, desaparecidos ou muito colmatados, elevavam essa cota para um valor entre 5 a 7 metros (ou mesmo mais em vales muito profundos) nos fundos e partes superiores, valores ajustados aproximadamente por dados arqueológicos e topográficos de Castro Marim, Ludo, Vilamoura, Arade, Aljezur e Lagos e por diversos indicadores toponímicos.

A presença de linhas de água nos antigos esteiros da área urbana de Tavira, alimentadas por mananciais activos, e a dinâmica de assoreamento da ria na zona da foz do Gilão permitem considerar um processo de sedimentação precoce na zona, compatível com achados arqueológicos da Época Romana (necrópole da Atalaia e moedas na Rua Alexandre Herculano). Estabelecemos assim, na nossa restituição costeira, uma linha na cota 3 m, definindo o limite inferior de uma banda de sapalização, correspondendo a zonas periódica ou sazonalmente submergidas.

O modelo digital de terreno utilizado tem diversos aperfeiçoamentos e correcções de pormenor, relativamente ao por nós publicado em FRAGA 2003a e 2003b.

Ponte do Almargem

Uma parte substancial da arcaria da ponte do Almargem é de reconstrução medieval ou moderna e o tabuleiro é contemporâneo. O moderno reboco de alvenaria protege e esconde partes da silharia original e os talhamares possuem um modelo compatível com a sua origem romana. Tem uma forma em cavalete, com um tabuleiro horizontal e rampas de acesso em ambos os lados, tendo sido a do lado do esteiro originalmente mais pronunciada. Esta forma encontra-se em várias pontes romanas, como a de Rimini, tendo sido considerada modelar das formas Clássicas pelo famoso arquitecto Andrea Palladio. (FUENTES 2002 e PALLADIO 1570: 69-72).

Esta solução em cavalete é, de facto, a única indicada na travessia de um largo esteiro submetido periodicamente a grandes inundações. A sobre-elevação do tabuleiro acima do nível de cheia esperado protege a estrutura da ponte (o que, no caso concreto, se revelou suficiente) mas os acessos fazem-se sob a forma de pontões, que permanecem o mais baixo possível, de modo a não constituírem uma barragem que faria colapsar toda a estrutura em momentos de enxurrada. A alternativa canónica monumental (e extremamente dispendiosa) seria construir uma enorme ponte, elevada sobre todo o esteiro. A solução em dupla rampa também não se adapta a um tabuleiro longo, com cerca de 30 m (SANTOS 1972: 337), que obrigaria a sobre-elevar a estrutura de forma incomportável.

O tabuleiro actual, com 3.5 m de largura (SANTOS 1972: 337), é relativamente estreito face à norma romana peninsular (4.6 a 7.8 m), (FUENTES 2002) mas ainda assim superior ao da ponte e calçadas romanas de *Mirobriga*, com apenas 3 m. (BARATA 1999: 68). Sendo o tabuleiro e as platibandas recentes, é possível que a sua largura original atingisse os 4 m.

A relação actual da ponte com o nível das margens e da água é enganadora, devido ao intenso assoreamento da zona, que já enterrou parcialmente a ponte, e à manutenção artificial e relativamente recente de um nível de água elevado, através de uma represa a jusante, superior ao nível das marés e destinado precisamente a impedir a entrada de água salgada no vale. Na Antiguidade, mesmo com transgressão marítima, a distância da água ao fecho dos arcos seria "normal", consideravelmente superior à actual.

Se adicionarmos a estes factos a notícia, já referida, da presença de calçada romana junto à ponte, não há quanto a nós, razões válidas para aceitar a tese da negação da sua origem romana, proferida lapidarmente por MANTAS 1997:316 e seguida por RODRIGUES E BERNARDES 2003:140 (Ao ignorar a ponte) e por RODRIGUES 2004:90, sem explicações nem fundamentos.

Portorium

O *portorium* era um dos principais impostos indirectos do Império, englobando direitos alfandegários internos e externos e direitos de passagem. O seu rendimento era repartido pelo Estado e pelos cofres municipais e a colecta realizava-se nos limites das fronteiras provinciais e municipais, nos portos comerciais e em sítios de passagem obrigatória. No apogeu do Império, havia *stationes portorii* em todos os agregados urbanos de alguma importância, nomeadamente os associados ao tráfego marítimo e à produção de *garum* (COELLO 1982: 225-249).

A logística da sua cobrança definia lugares onde eram autorizadas, impostas ou proibidas determinadas actividades económicas, com destaque para as portuárias, piscatórias, industriais, os mercados e as passagens de transportes.

A existência em *Balsa* de uma destas *stationes* não oferece dúvidas, embora não haja referências explícitas a seu respeito. Pensa-se, porém, que o escravo *Speratus*, com o cargo de *dispensator* balsense (ENCARNAÇÃO 1984: 126-7) possa ter sido um seu encarregado, de modo semelhante a *Irinaeus*, escravo do imperador e *dispensator* do *portus ilipenses*, a moderna Alcalá del Rio (Sevilha). (COELLO 1982: 242-3).

Tavira islâmica e a defesa da passagem do Gilão

A posição da ponte islâmica de Tavira, mantida até hoje, só se compreende pelo estudo da poliortocética do local a partir das II Taifas. A nossa reconstituição das muralhas e do nível das margens (FRAGA 2003b, a partir de informações de Manuel e Maria Maia) mostra que toda a medina de Tavira se estabelecia então como uma fortaleza de controlo da passagem do rio.

A ponte foi colocada num sítio em que o rio e o sapal eram mais largos, obrigando a que o acesso a ela se fizesse por passagens sobre-elevadas desde a base da colina de São Brás. Essa passagem estava parcial-

mente integrada no dique do moinho de maré cuja caldeira se situava no largo da Alagoa. Esse moinho sobreviveu durante a Idade Média portuguesa, tendo sido descoberta uma das suas "pedras" no subsolo da casa de esquina entre a ponte e o rio (Informação de Manuel Maia).

A posição excêntrica da ponte relativamente à fortaleza, em frente do esteiro da Praça da República, destinava-se a impedir um ataque frontal às muralhas a partir dela, obrigando atacantes e viajantes a voltar à direita, em cotovelo, e passar pelo estreito corredor entre as muralhas e o rio (mais tarde a Praça e Vila e Barbacã manuelina) até chegarem às Portas da Vila ou prosseguirem, sempre sob o alcance das muralhas, fazendo um novo cotovelo na porta dos Pelames, que fechava o corredor pelo Norte.

No período almóada o cotovelo da ponte foi reforçado por uma torre albarrã e respectivo pano de muralha, fechando completamente o acesso ao esteiro da Rua da República, que nessa altura já estaria seco ou transitável.

A topografia da porta dos Pelames ainda permanece desconhecida mas pensa-se que a torre, cuja fachada foi descoberta em frente ao rio, tenha sido uma albarrã pertencente à fortificação dessa porta.

Descobertas recentes (informação de Manuel e Maria Maia) revelam que, no período almóada, a zona norte da muralha, entre a Porta dos Pelames e a Porta da Bela Fria (actual Calçada de Santa Maria), era defendida por uma barbacã exterior, em forma de linha quebrada, sendo ambos os muros separados por um estreito passadiço. Este passadiço teria apenas funções militares, sendo fechado pelas fortificações das portas referidas. A actual rua Detrás dos Muros é a herdeira desse passadiço, mas construída já sobre aterros posteriores, que unem os bastiões da barbacã islâmica, situados em frente de cada uma das torres primitivas. O declive original da encosta obrigou à construção desses bastiões sobre aterros artificiais, revelando que não existiria anteriormente nenhum caminho de meia encosta na base da muralha almorávida.

O velho caminho romano terá assim passado sob o caminho medieval, na base da barbacã e junto à margem do esteiro da Bela Fria, que na época islâmica já teria sido secado (segundo SARRÃO 1607: 166), prosseguindo pela encosta (actual rua da Bela Fria) até ao Alto do Cano, sob a protecção e ameaça das muralhas.

Terá sido este o percurso provocatório dos "6 cavaleiros", que provocou o massacre das Antas, narrado na Crónica da Conquista do Algarve (AGOSTINHO 1792: 246).

A medina era assim virtualmente inexpugnável do lado do rio, face donde surgiam inicialmente as maiores ameaças à taifa, taviense, por parte dos exércitos almóades provenientes de Sevilha e, muito mais tarde, dos Santiaguistas acantonados em Cacela. Não é accidental que a sua conquista se tenha dado pela Porta do Postigo, (AGOSTINHO 1792: 248) face oposta e mais frágil da estrutura defensiva.

Tavira na Proto-História

A ocupação da região de Tavira na Idade do Ferro centraliza-se em dois povoados pré-romanos, importantes em épocas diferentes:

- Colina de Santa Maria: "Tavira Tartéssica ou Turdetana"¹¹⁴, existente entre o séc. VI e o séc. IV a.C., herdeira de "Tavira Fenícia" (MAIA 2003a e MAIA 2003b), ocupada entre o séc. VIII e o séc. VII, havendo menos de um século de abandono entre ambas as ocupações. (MAIA 2004)
- Cerro do Cavaco: "Balsa Turdetana". *Oppidum* turdetano, ocupado entre o séc. IV e o séc. I a.C., tendo o seu apogeu no séc. III. Primitiva sede dos balsenses aquando do domínio cartaginês e do período republicano do domínio romano. Abandonado entre a Guerra dos Piratas e a consolidação do poder de Augusto (66 a. C. e 36 a. C.), após a fundação do povoado litoral de Balsa romana, por iniciativa dos ocupantes. (M MAIA 1987 vol. 2: 44-45, nº 42; FABIÃO 2003; FRAGA 2005b)

Para além destes dois povoados, confirmados arqueologicamente, considera-se a hipótese de ter havido mais núcleos de povoamento proto-histórico. Os lugares considerados mais prováveis são:

- Cerro do Fojo. Sítio do enigmático "oppidum do Muro, gigantesco valado de pedra solta, que forma um recinto num cabeço que controla estrategicamente o acesso entre o vale da Asseca e o esteiro do Séqua-Gilão, a Norte do Cerro do Cavaco. Os únicos vestígios aí conhecidos são um modesto habitat do período islâmico (informação de Maria Maia).
- Cerro do Mestre: Elevação fortificada ainda no séc. XIII, descrita na "Crónica da Conquista do Algarve" como Cabeço do Mestre (AGOSTINHO 1792: 246). Hoje muito destruída pela silvicultura.

¹¹⁴ Maria Maia prefere o termo "Tavira Turdetana", reservando a designação "Tartéssica" para a fase da Idade do Bronze anterior à colonização fenícia. Nós preferimos designar como "Tartéssica" a fase de grande desenvolvimento económico, urbano e cultural do Golfo de Cádiz que ocorreu já na Idade do Ferro, entre o fim da colonização fenícia e as destruições generalizadas que precedem a instalação do domínio Púnico, em meados do Séc. IV. É este período que corresponde quer à literatura grega sobre o "reino de Tartesso" quer à própria existência do povoado pós-fenício de Tavira.

- Cerro do Almargem: Nunca estudado.
- Cerro da Alagoa: Nunca estudado. O seu nome confirma a manutenção do carácter lagunar do troço superior do vale do Almargem.
- Castelo da Fuzeta, lugar de achamento de um bétilo epigrafado na "Escrita do Sudoeste" (ARRUDA 2003)

A delimitação do povoado tartésico de Tavira, existente nos sécs. V e IV a. C., ainda é mal conhecida. Sondagens e achados em diferentes locais sugerem uma ocupação sobreposta ao povoado fenício (FRAGA 2003a), com espaços intercalares livres e que parece ter sido menos densa no topo da colina.

A grande espessura do nível de abandono entre as ocupações fenícia e tartésica em zona de encosta, que corresponde apenas a cerca de um século, pode ter sido originada por intensos eventos climáticos ou sísmicos ocorridos no séc. VI a. C.. Eles terão provocado o arrastamento da enorme massa de terra batida que constituía as prováveis plataformas terraplanadas dos níveis superiores da ocupação fenícia (hipótese baseada em informações de Maria Maia).

A ocupação tartésica manifesta-se em bairros com tipos construtivos de características urbanas, concentrados nas encostas viradas para os antigos portos exterior (Praça da República) e interior (Bela Fria) e provavelmente para o rio, zona que ainda permanece desconhecida.

Apêndice 1. Os pedomorfos

A representação de *pedomorfos* gravados na pedra, pés nus ou palmilhas de calçado, foi uma prática pré-histórica frequente em contextos cronológicos e geográficos muito diversos, não podendo a sua presença ser interpretada como um símbolo de significado universal e comum a todos eles.

No entanto, numa zona geograficamente limitada e num contexto etnológico e cultural definido, eles representavam, sem dúvida, símbolos específicos de um sistema de crenças definido e partilhado.

Em termos abstractos, os pedomorfos têm sido interpretados como símbolos religiosos, de ligação entre a divindade ou o espírito do falecido e o mundo terreno¹¹⁵. Sinais da presença ou da passagem do deus ou do espírito do morto na terra, no local onde se representam¹¹⁶. Simbolizam uma entidade sobrenatural, sem corpo terreno, mas que, ainda assim, deixa a sua marca na Terra através da pegada.

O quadro seguinte procura sistematizar as possíveis interpretações de pedomorfos em contextos religiosos:

TIPO		Nº e forma*	Significado e contexto
Presença	Da divindade	1 - 2 H-A	Sacralização do sítio pela presença habitual ou permanente da divindade mítica. Em contextos de santuários e locais de culto.
		1 - 2 H-A	Marca da criação telúrica de manancial, gruta ou particularidade orográfica (presença mítica da alínea anterior). Em contextos de santuários e locais de culto.
		1 H-A	Marca de confronto mítico entre entidades sobrenaturais. Símbolo do poder telúrico dos deuses. Em contextos de sítios sagrados. Comuns em cabos, montanhas e outros acidentes orográficos espectaculares ou inóspitos.
		1-N H-A	Lendas etnográficas, com ou sem fundo mitológico. No primeiro caso servem de suporte topográfico a narrativas explicativas sem conteúdo religioso. No segundo definem a uma localização tópica de um mito geral (caso dos "pézinhos de Nossa Senhora" ou das "patas do burro de Nª Senhora) podendo confundir-se com um dos tipos de "presença" anteriores. Comumente associadas a pegadas de animais ou a formas naturais interpretadas nesse sentido ¹¹⁷ .
	Do espírito dos falecidos	2-N H	Símbolo funerário. Caso provável das lápides do Sudoeste e de certos contextos megalíticos
Passagem	Entre mundos	1-2 H	Lugar sagrado, porta de ligação entre o mundo terreno e o além. Provável em todos os contextos aquáticos e ctónicos, onde haja nascentes, poços e lagos ou lagunas.
Viagem	Da divindade	1-2 H-A	Sacralização do sítio pela passagem da divindade, associada a um provável mito de viagem, peregrinação ou périplo, que pode ter um conteúdo sazonal. Provável em mananciais situados em circuitos pecuários.
	Dos peregrinos	1-2-N H	Marca de peregrinação. Ex-voto do peregrino no lugar de destino da peregrinação ou no templo da divindade a que a peregrinação foi dedicada. <i>Este último caso é exemplificado por uma lápide votiva com dois pés, de Época Romana e proveniente de Itálica (Santiponce, Sevilha), dedicada à "deusa que cura a alma", que se identifica com Diana¹¹⁸. Trata-se de uma importante abonação arqueológica da prática de peregrinações dedicadas a essa deusa.</i>

*H: humana, A: animal, 1: pegada isolada, 2: par de pegadas, N: número superior a 2

Quadro interpretativo dos pedomorfos em contextos religiosos

No caso de Tavira, todos os casos excepto o dos "pézinhos" devem corresponder a pegadas individuais.

As dedicações a São Brás e à Senhora da Ajuda/Senhora da Saúde (ver págs. 11) permite-nos extrapolar o carácter da divindade primitivamente associada às "pegadas" e nascentes tavirenses: feminina, médica, aquática e protectora dos rebanhos. Geralmente localizada em inúmeros mananciais específicos, e sendo assim interpretada pelos romanos como "ninfas" próprias das nascentes, correspondem uma faceta da mesma "Diana céltica" que originou os cultos dos vaus fluviais, associada frequentemente ao seu paredro Silvano¹¹⁹.

¹¹⁵ TRESIDDER 2004: 188, verbete *Foot, Footprint*

¹¹⁶ GOMES E MONTEIRO 1977: 162

¹¹⁷ LEITE V. 1897: 381-383

¹¹⁸ HOYS 1995: 88, 410

¹¹⁹ Ver nota *Lugares Sagrados*, pág. 36

Apêndice 2. Séqua, Asseca e Gilão

O nome do rio (ou mais propriamente, do esteiro) de Tavira é dado alternativamente como Séqua, Asseca ou Gilão.¹²⁰

A tabela da página seguinte lista cronologicamente abonações destes étimos desde o séc. XIII, revelando as alterações de grafias e das localizações ocorridas ao longo dos séculos.

O nome *Gilão*, de origem tardo-antiga e moçárabe, é aplicado apenas ao troço final do rio. Desconhece-se porém o nome pré-islâmico da parte restante do esteiro, entre a cidade e a zona da Asseca.

Aceca aparece referido desde a conquista portuguesa, como corónimo ("*molendinos da Aceca*"¹²¹), revelando já existir na época islâmica, sendo a sua origem árabe, significando provavelmente acéquia (do andaluz *assāqya*, proveniente do árabe clássico *sāqiyah*¹²²) ou então estrada ou estação viária (do árabe *sikka*¹²³). O étimo aplica-se ao actual vale da Asseca e ambas as etimologias se ajustam ao local.

A forma *Cequa/Séqua* está abonada desde o séc. XVI e mantém-se persistentemente em alternativa a *Asseca*, gerando uma notória incerteza e confusão em diversos autores que, ou enumeram as alternativas ou procuram delimitar os troços do rio de modo a eliminá-las¹²⁴. A sua adaptação ao troço inicial do rio de Tavira só é claramente explicitada por Silva Lopes em 1841, autor que afirma porém ser Séqua o nome antigo!

A sobrevivência simultânea de ambos os termos pode corresponder à manutenção de uma versão popular (*Asseca*) e de uma versão erudita transmitida pela grafia (*Séqua*), que se terão entretanto confundido¹²⁵.

Porém, esta confusão persistente, invulgar numa linha de água quase insignificante, pode também dever-se à contaminação com um étimo independente, **SEQUA*, que seria o nome primitivo do rio, antes da sua cristianização parcial, e que se teria mantido no troço a montante após a cristianização do vau.

Neste caso *Asseca* seria um topónimo posterior, desenvolvido autonomamente a partir de uma das etimologias acima referidas ou por analogia com o hidrónimo anterior, entretanto moçarabizado. Ter-se-iam assim mantido ambas as formas (árabe e moçárabe) com o predomínio progressivo da primeira, transformada em corónimo dominante na época da conquista portuguesa.

O nome **SEQUA*, não latino, possui uma aparente etimologia céltica, comum a *Sequana*, divindade fluvial gaulesa¹²⁶, surgindo noutros locais da península (como na Cantábria)¹²⁷ em zonas ribeirinhas e alagadas, e portanto semelhantes a Tavira.

Pouco se sabe, porém, sobre eventuais influências religiosas de tipo "céltico" no panteão turdetano algarvio nem como o nome *Séqua* se poderia ter aqui estabelecido. Poderíamos apenas especular sobre uma eventual adopção de uma nomenclatura religiosa indo-europeia, em período incerto, a um culto fluvial ancestral que já terá tido expressão nos períodos fenícios e tartéssico¹²⁸.

¹²⁰ PROENÇA 1927: 255

¹²¹ AFONSO III 1266

¹²² CORRIENTE 1999: 85, verbete acequia

¹²³ SÁNCHEZ 1995: 62

¹²⁴ As folhas 599 e 600 da Carta Militar, de 1951, fazem doutrina neste sentido, como se pode ver na tabela.

¹²⁵ Informação de Alice Fernandes.

¹²⁶ Ver nota *Lugares Sagrados*, pág. 36

¹²⁷ Um documento de 1082, do Cartulário de Santillana del Mar, diz: *in illo loco que vocitant Sequas, iusta riba mare...* (Léxico hispánico primitivo, Ed. Manuel Seco, R.A.E./Espasa Calpe, Madrid 2003 verbete *barqueria* p. 86)

¹²⁸ A hipótese desse culto ancestral toma corpo quando se nota que a nascente do Gilão constituía a principal fonte de água do porto fenício e que o seu caudal se alimenta, através de um aqueduto, de outra nascente situada no cume da colina de Santa Maria, (LOPES 1841: 361). Esta nascente foi usada nos banhos da mesquita que aí existiu até à conquista portuguesa e sobrevive ainda hoje sob a sacristia da igreja matriz.

Pensa-se ter existido neste lugar o templo principal do povoado fenício de Tavira. Nele não faltaria, segundo os cânones semitas, um manancial sagrado voltada a nascente no dia do solstício de Verão (CARRASCO 2002: 48-49, 68-70), como é precisamente o caso de Santa Maria!

Cronologia de abonações de Asseca, Séqua e Gilão na bibliografia consultada

Ano	Étimo	Contexto	Observações	Pág	Autor
1266	Aceca	<i>molendinos de Aceca</i>		306	AFONSO III 1266 <i>in</i> VASCONCELOS 1937
1281	Aceca	<i>illa mea loca quae sunt in Aceca in termino de Tauria</i>			3ª ed., Chanc. de D. Dinis, I, fl. 34 vs. <i>in</i> MACHADO 2003: I, 40, verbete <i>Aceca</i>
1517	Acequa	<i>huma vinha que hé na Acequa</i>		191	SERRA 1517
	Cerqua	<i>Irmida de Sam Domingos da Cerqua</i>		196	
1560	r. da Céqua				SECCO 1560
	r. Gilaon				Mapa
1577		<i>Passa-lhe um braço de mar pelo meio, uma légua adiante. Na boca ou barra deste rio...</i>		51	SÃO JOSÉ 1577
1607	ribeira Asseca	<i>está ao longo de um rio... Pelo meio da cidade passa o rio... E pelo rio acima uma légua pouco mais chega a maré de água salgada, e daí por diante é de água doce, que vem de uma ribeira não muito grande a que se chama Asseca.</i>		166	SARRÃO 1607
	rio d'Asseca	<i>uma légua de Tavira para o noroeste, entre o rio d'Asseca e o caminho que vai para a vila de Castro Marim está um mosteiro de frades de Nossa Senhora d'Ajuda</i>		167	
1660	R. Da cenqua				ALLARD 1660
	R. Gilaon				Mapa
1706	rio da Sequa	<i>esta nobre Cidade, pelo meyo da qual faz sua corrente o rio da Sequa, que vem do certam</i>		8	COSTA 1706, T. III
1841	Gilaon	<i>cortada pelo rio Gilaon ou Sequa, hoje Aceca</i>		354	LOPES 1841
	Sequa				
	Aceca				
1898	Séqua	<i>rio cego</i>	Na recolha popular da "Lenda do poço Vaz Varela". O uso do termo "cabralistas" por "cabalistas" data a fixação da forma recolhida da lenda na 2ª metade do séc. XIX, entre 1842-1851, (época política dos irmãos Costa Cabral e da ditadura "cabralista") e o momento da sua recolha por Ataíde de Oliveira, antes de 1898	187	OLIVEIRA 1898
1910	Ribeira da Asseca		Todo o trajecto horizontal da ribeira até à confluência com o trajecto vertical		PERY 1910 Mapa Folha N°213*
1951	Ribeira da Asseca		Antes da confluência com a Ribeira de Alportel		CM N°599 Mapa
	Rio da Séqua		a partir da confluência da ribeira da Asseca com a ribeira de Alportel até à mudança de direcção para Sul		Edição de 1951 e seguintes
	Rio Séqua		Trajecto Norte-Sul até Tavira		CM N°600
	Rio Gilão		Trajecto entre Tavira e a barra		idem

* Minutas inéditas da *Carta Agrícola e Corográfica de Portugal*, dirigida por Augusto Pery. Folha chorographica 37, Folha agrícola 213, Pranchetas. C e D, Concelho de Tavira; Maio de 1910; Pelo Apontador de 2ª classe, ? Rocha

Apêndice 3. Geografia estuarina do Algarve Romano¹²⁹

Os páleo-estuários do Algarve, designadamente os de Castro Marim-Guadiana-Rio Seco, Gilão-Séqua, Moncarapacho-Tronco, Ludo-São Lourenço, Vila Moura-Algibre, Mexilhoeira-Alvor-Odelouca e Lagos-Bensafrim, desenvolveram um tipo de povoamento rural específico na Época Romana. Esse povoamento, que designaremos tentativamente por *pagi estuarinos*, caracterizava-se pela densificação dos assentamentos rurais dispersos, dispostos como um cordão que rodeava parcialmente a antiga margem dos estuários, e pela concentração de estabelecimentos industriais extractivos, oleiros e agro-marítimos.

Formava um tipo de povoamento linear costeiro, gerado pela combinação das condições geográficas específicas dos estuários algarvios com os movimentos de imigração e fixação populacional ocorridos na costa Sul da Lusitânia a partir do séc. I d.C., sobretudo após a atribuição do direito latino às *civitates* estipiendárias peninsulares. São essas populações, sem dúvida integradas nos quadros de cidadania urbana, que dão um carácter romanizado aos sítios, com abundantes sinais de influências africanas e orientais, sendo quase imperceptível a influência nativa na evidência arqueológica.

Este tipo de povoamento parece ter sobrevivido às crises municipais do Séc. III devido à sua resiliência económica, só entrando em crise com a estagnação e colmatação dos meios estuarinos (provavelmente desencadeada precocemente pelo grande *tsunami* de finais do séc. IV) e com a conjuntura de insegurança a partir do séc. V, que deve ter atingido sobretudo o litoral.

Economia dos *pagi estuarinos*

A configuração dos estuários¹³⁰ tem como principais características o aumento do perímetro de contacto do barrocal com a laguna marítima, prolongando este último habitat bem para o interior – chagando a atingir a Serra nos casos do Arade e do Gilão. As consequências para a geografia humana antiga são decisivas:

- A abundância e valor alimentar da fauna da ria (bivalves, gastrópodes, peixes e crustáceos) representa um importante recurso complementar, que compensa largamente a pobreza agrícola dos solos calcários do barrocal. A acumulação dos recursos permite densidades de ocupação rurais consideravelmente superiores à média e cria as condições para um sistema auto-sustentado de produção de excedentes marinhos. O carácter sazonal dos recursos e a sua perecibilidade fomenta a difusão de tecnologias de preservação – designadamente de secagem e de conservas salgadas seca e molhada, aplicando-se esta última também a bivalves descascados. Estas tecnologias baseiam-se igualmente em dois recursos amplamente disponíveis: o Sol e o sal, este último explorado nas zonas salgadas e incultas dos estuários.
- O modelo de exploração agro-lagunar adapta-se melhor às zonas em terraço em torno dos estuários, com uma capacidade agrícola adequada. Os assentamentos rurais tendem a dispor-se em torno da margem de modo a ocupar uma maior extensão possível, deixando entre si zonas mais alcantiladas e manchas florestais. Os casais e pequenas *villae* localizam-se geralmente num terraço superior, afastado da margem, sendo esta ocupada por instalações industriais e portuárias.
- A exploração agro-pecuária, de características mediterrânicas, completa os recursos lagunares. Destaca-se a pecuária assente em pastos sazonais nas ilhas-barreira e almargens e quase permanentes nos sapais salgados. Os terrenos, na sua maioria cascalheiras argilo-arenosas ou terras vermelhas calcárias, adequam-se mediocrementemente à produção de cereais mas bem à vinha, oliveira, figueira e fava, dependendo o resultado da intensidade do trabalho e, sobretudo, da disponibilidade de estrumes animais.¹³¹
- A presença de vestígios de ocupação romana em zonas de baixas cotas, potencialmente inundáveis, configura a utilização de assentamentos em ilhotas estuarinas, naturais ou bancos acondicionados artificialmente, hoje irreconhecíveis. Este povoamento não deveria ser muito distinto do ainda hoje detectável nas ilhotas e diques dos sapais, correspondendo essencialmente a edificações auxiliares da pesca e actividades industriais. É porém igualmente provável a existência de *villae* estuarinas com

¹²⁹ Adaptado de FRAGA 2002b

¹³⁰ A diferença entre esteiro e estuário e sobretudo de dimensão, profundidade e poder das linhas de água que lhes estão associadas. Por definição esteiro é uma área litoral inundada durante a preia-mar. Na baixa-mar transforma-se num sapal em que podem contudo existir canais navegáveis. Um estuário é o alargamento do leito de um rio junto à foz, permanentemente inundado mas cujas margens e recessos, se forem suficientemente planas e baixas, se podem transformar-se em esteiros.

¹³¹ FRAGA 2002a: 22-29.

estruturas portuárias próprias edificadas nestes contextos (caso aparente do Rio Seco e talvez do Ludo) apesar dos riscos de inundações periódicas.

- É igualmente provável a utilização de diques de modo a aproveitar terrenos abaixo do nível de cheia (caso de *Ossonoba*, em que parte da margem Oriental, utilizada para necrópoles e outros fins pode ter sido protegida por este modo).
- O prolongamento interior dos esteiros até à orla Triásica e aos maciços jurássicos permitiu utilizar a sua navegabilidade para aceder a fontes de matérias-primas minerais (sobretudo o barro para olaria, a cal, a pedra de cantaria e, por vezes, o gesso) de baixo valor específico e com elevados custos de transporte terrestre. A sua exploração dependia da sua acessibilidade fluvial, sendo os custos dos transportes fluviais na Antiguidade cerca de um décimo dos terrestres, para a mesma distância¹³².

A exploração destes recursos e o seu transporte permitiu gerar actividades económicas que contribuíram para potenciar a extensão e a riqueza dos assentamentos. À actividade extractiva associavam-se as manufacturas industriais em que pontificam, para além da salga de peixe, os fornos de cal e as olarias de cerâmica comum, realçando-se nesta última a produção de contentores anfóricos cujo transporte terrestre em grandes quantidades era inviável e cuja localização industrial estava assim estritamente condicionada a um ponto não distante das barreiras extractivas e próxima de um cais de embarque.

- Os estuários situados em falhas tectónicas profundas e associados a linhas de água mais poderosas permitem melhores condições portuárias quando as margens junto à foz estão protegidas das intempéries marítimas. Nestes casos os portos situam-se em divertículos estuarinos, menos atingidos pelas intensas correntes da maré. Os dois estuários do Algarve nestas condições são os do Guadiana e do Arade, casos particulares que não favorecem o povoamento em cordões litorais devido ao alcantilado das margens e à má qualidade agrícola dos terrenos ribeirinhos. Estes sítios, que merecem estudos monográficos próprios, viram o seu povoamento lagunar crescer em estuários laterais (caso do Guadiana) ou situados na depressão Triásica que separa o Barrocal da Serra (caso do Arade e também do Gilão-Séqua).

Circulação viária

A esta capacidade geradora de *portos-de-abrigo* associava-se uma maior navegabilidade em calado e penetração interior, menos sujeita às grandes oscilações da maré que ocorrem nos esteiros pouco profundos. De facto os estuários estão quase sempre associados a **vias naturais de penetração** para o interior, servindo conceptualmente de estradas navegáveis entre o mar e os portos terrestres. Esta situação de *porto-de-trânsito*, associada à de abrigo acima referida, favorecia uma posição geopolítica geradora de estruturas defensivas e de eventuais assentamentos com um número crescente de funções urbanas.

A localização efectiva destes centros varia ao longo dos séculos segundo a conjuntura da segurança litoral e das condições portuárias dos esteiros e das barras.

O obstáculo que os esteiros oferecem ao trânsito terrestre transversal tendia a criar um sistema de **vias de travessia**, com pontos de passagem especializados funcionalmente:

1. A jusante, junto à foz, vias ligadas a vaus com passagem por barco, associados a um trânsito individual e rápido e a trajectos mais curtos e directos. Estes percursos extinguem-se habitualmente após a construção de pontes.
2. A nível intermédio, vias ligadas a pontões/diques (*portus*) sobrelevados e eventualmente cobertos pela preia-mar e intransitáveis nos meses de Inverno e nas enxurradas, podendo ter verdadeiras pontes sobre as linhas de água mais profundas. Estes pontos de passagem correspondem a trajectos de extensão intermédia e situam-se geralmente no nível em que as marés da estação seca não interferem na circulação.

Os sítios dos vaus transitáveis anteriores à existência de pontes localizam-se habitualmente a montante dos lugares onde estas são posteriormente construídas, sempre que o caminho mais directo corra pelo litoral. Nestes casos, os vaus originais são habitualmente abandonados e desenvolvem-se ligações entre todos os caminhos anteriores que cruzavam o esteiro e os acessos da ponte.

3. A montante, vias secas de circunvalação do esteiro, abertas em todas as estações e preferidas para trânsitos lentos, de carretas ou de tráfego pecuário. Correspondem aos trajectos mais longos, que geralmente devem rodear completamente o esteiro até ao nível de passagem de Inverno, geralmente sobre "passadeiras" (calçadas submersas) que atravessavam as linhas de água mais activas. Estes percursos geralmente mantêm-se após a construção de pontes a nível intermédio, sendo preferidos sempre que existam controles fiscais ou portagens nos trajectos mais directos.

¹³² Entre 1/7 e 1/11. Ver nota Custos e velocidades dos transportes, pág. 23

A alternância entre vias de baixa e preia-mar, já referidas por Estrabão¹³³, manteve-se no Algarve até à segunda metade do Séc. XIX, estando bem documentada em diversos itinerários do roteiro de Silva Lopes.¹³⁴

A dinâmica viária nas diferentes épocas depende do tipo de tráfego, do estado de manutenção dos *portus* e pontes e do grau de assoreamento dos esteiros, para além da sazonalidade já referida.

Evolução

O assoreamento teve como consequência a decadência e o desaparecimento dos recursos lagunares ou a sua reconversão parcial. Numerosos portos interiores estuarinos desapareceram e despovoaram-se. As olarias de produção anfórica reconvertem-se à cerâmica comum e materiais de construção, que de resto já produziam. As áreas cultivadas estendem-se sobre áreas previamente inundadas sempre que a drenagem o permita. As restantes zonas tornaram-se lagoas e salgados interiores, mais ou menos estagnados e focos endémicos de paludismo, permanecendo assim até à 2ª metade do séc. XIX¹³⁵.

Durante séculos, a malária e a insegurança costeira, provocada pelas razias de corsários africanos, despovoaram os antigos habitats estuarinos romanos.

Neste processo de assoreamento e secagem extinguíram-se esteiros e lagoas interiores que eram importantes na Antiguidade. O povoamento reorganizou-se separando-se em dois grupos distintos: núcleos costeiros de especialização marítima, por oposição aos núcleos agrícolas do interior.

O sucesso das novas condições portuárias ditou muitas vezes o êxito posterior do um possível desenvolvimento urbano.

¹³³ Ver nota *Estrabão e a geografia costeira do Golfo de Cádiz* na pág. 24.

¹³⁴ LOPES 1841: 474-498

¹³⁵ Caso do Paul da Asseca e da Lagoa do Almargem, só para citar exemplos na zona de estudo.

Apêndice 4. Aspectos da religião antiga do Algarve

Divindades aquáticas e o culto de Diana e Silvano

Pensamos que todos os cultos populares de função obstétrica e fertilizadora baseados nas propriedades dum manancial "santo" e actualmente dedicados na sua grande maioria a uma Senhora (e por vezes a São Mamede, Santa Brígida e Santa Lúcia/Luzia) devem ser considerados sobrevivências directas de santuários aquáticos dedicados a Diana Lucina na Época Romana e, portanto, muito provavelmente, à "Diana Céltica" ou Indo-Europeia, "Deusa-Mãe" comum aos panteões pré-romanos da Europa Ocidental.

Estes cultos de simbologia luminosa, sob a forma de lucernas e velas acesas, associavam-se frequentemente às crenças médicas do foro oftalmológico, e dermatológico, entre outros, tendo a água um papel essencial, através do toque ou da imersão da parte doente.

Séqua - Sequana

Sequana "a que flui" é um dos múltiplos epítetos da divindade céltica principal *Bovinda/Boand*, deusa-mãe das águas, do renascimento (da vida e da morte) e dos rebanhos, com funções médicas e associada a diversos rios em toda a Europa céltica. É romanizada por vezes como Diana ou como Minerva, pareira de *Maponos/Vroicos/Fraech*, o "Apolo" céltico, embora o carácter de ambos seja mais complexo e muito mais sombrio. (OLMSTED 1994:185-225 apresenta uma reconstituição de parte do complexo mitológico respectivo, baseado em fontes irlandesas).

Boina - Bovinda

A deusa céltica *Bovinda* parece estar representada no Algarve, excluindo o duvidoso caso de Séqua, pelo topónimo *Boina*, ribeira que nasce nas nascentes termas de Monchique, sacralizadas na Época Romana com a forma *AQUI(S) SACRI(S)* (FORMOSINHO E AL. 1953: 127, 145-147).

Aqui foram encontradas uma palmeta de ouro, partes de estatuetas femininas que incluem duas cornucópias, numerosas lucernas e moedas dos Sécs. I até ao final do IV. (idem: 148-153) Tratava-se assim de um santuário termal curativo, em que a divindade tutelar local se representava sob a forma de Fortuna/Minerva, sincretismo romanizado habitual das divindades célticas termas equiparadas, conhecidas pelos seus epítetos *Sequana*, *Sulis* e muitos outros (OLMSTED 1994: 353: 370).

O hidrónimo *Boina* terá uma etimologia celta (semelhante à do rio *Boyne*, hidrónimo irlandês designando a mesma divindade *Boann* ou *Boand*, listado em Ptolomeu como *Bovinda*) (GREEN 1986: 139 e OLMSTED 1994: 186) correspondendo, tal como o caso irlandês, à evolução linguística de *Bovinda*.

Diana e Silvano

O culto específico a Diana e a Silvano está documentado no Algarve por um topónimo fóssil e três lápides da Época Romana:

Topónimo

Janares (< **Dianares*)¹³⁶, ribeira a norte de Salir (Loulé) associada a uma fonte e a uma estrada serrana ancestral.

Jana é uma forma onomástica alternativa de Diana¹³⁷. *Janares* pode nomear a ribeira/nascente dedicada à deusa (*Dianalis/Janalis*) ou um corónimo relativo a um lugar ou a práticas de culto. Tratar-se-á, em qualquer os casos, de um antigo santuário campestre, possivelmente associado à sua faceta protectora da fertilidade feminina.

Achados epigráficos¹³⁸

Local	Dedicação	Referência
Silves ou arredores	Diana	p. 103-104, nº 57
Igreja de São Clemente (Loulé)	Diana ou Silvano	p. 104-105, nº 58
Poço do Barnabé ¹³⁹ (Albufeira)	Silvano	p. 109-110, nº 61

¹³⁶ A. FERNANDES 1999: 248

¹³⁷ FRAZER 1890: 203-4

¹³⁸ ENCARNAÇÃO 1984

¹³⁹ SANTOS 1972: 129

O centro geográfico do polígono definido pelos quatro locais situa-se a cerca de 4 km dos sítios de Estela Montes e São Faustino, a sacralização mais central deste território. No entanto Loulé (São Clemente e Senhora da Piedade), Salir e Algoz (Senhora do Pilar) são locais de possíveis santuários alternativos.

Esta região é notável pelo arcaísmo toponímico tardo-romano e moçárabe, exemplificado pelos casos seguintes, que se acompanham das hipóteses etimológicas consideradas mais prováveis:

Salir < **SALIRIA* (de *Salire*, água de nascente¹⁴⁰)

Loulé < *al-Ulya* < **OLEA*¹⁴¹ (azeitona, oliveira, olival)

Momprolé < **MONS PRO OLEA*

Rossinas < **RUSSINA* (de *Russa*, designando a terra vermelha calcário-argilosa, aí existente)

¹⁴⁰ Gellius, *Noctes Atticae*: 13,23, 2, citado por OLMSTED 1994: 249

¹⁴¹ Ouvido a Adel Sidarus

Loulé	<i>São Clemente</i>	<p>Onde se encontrou outra lápide dedicada a uma divindade não identificada¹⁴².</p> <p>São Clemente parece ser uma dedicação páleo-cristã restabelecida no lugar da anterior mesquita. O sítio corresponde a um importante cruzamento regional de estradas romanas¹⁴³, onde terá existido um lugar de culto pré-cristão anterior. A presença da mesquita sugere a existência de um manancial anterior, hoje desaparecido.</p> <p>De facto, a dedicação a São Clemente da mesquita <i>aljama</i> de <i>al'Ulya</i> é um facto estranho, quando se sabe que em todos os restantes casos das medinas do Algarve a dedicação cristã posterior à "reconquista" foi a Santa Maria (e a Sant'Iago, em mesquitas secundárias). São Clemente é um santo de devoção pouco frequente no universo hagiológico português, mas a sua prevalência na onomástica pessoal rural revela que nem sempre assim foi. A sua <i>vita</i> é notável pela associação a um manancial e à pecuária ovina. Estaremos assim provavelmente, na presença de outro bebedouro pecuário sacralizado, cuja tradição deverá ser anterior ao domínio islâmico.</p>
Loulé	<i>Senhora da Piedade (Mãe Soberana)</i>	Lugar cuja configuração, lenda fundacional e culto processional se ajustam a um santuário pré-cristão de uma divindade feminina de carácter territorial e ctónico ¹⁴⁴ .
Salir		Onde se encontrou uma lápide dedicada a uma divindade não identificada ¹⁴⁵ .
Algoz	<i>Senhora do Pilar</i>	<p>A ermida da Senhora do Pilar, em Algoz, possui praticamente todas as características associáveis a uma rededicação cristã de um templo anterior:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Localização no topo de uma colina de grande visibilidade, sobre um vale cársico sujeito a grandes inundações estivais repentinas, de origem subterrânea, não acompanhadas de pluviosidade e associadas a ruídos telúricos impressionantes. • Vestígios romanos na encosta da colina e no sítio de Algoz Velho, na sua base e junto da antiga via. • Origem indeterminada do templo e do culto, associada a uma lenda relativa a um poço artesiano situado sob a actual sacristia. A lenda define a índole do santuário como curativa, aquática e especificamente oftalmológica, o que se deve associar à paisagem cársica já referida, fonte endémica de doenças do foro ocular. • A dedicação à Senhora do Pilar. <p>Excepto fundações medievais ou posteriores, baseadas em substituições de culto originadas por preferências de notáveis locais (caso que não se verifica em Algoz), esta dedicação associa-se geralmente a vestígios arqueológicos anteriores (colunas, esculturas, etc.) em contextos de <i>villae</i> romanas ou santuários.</p> <p>Constitui uma das formas comuns de apropriação cristã primitiva de espaços arruinados ou lugares de culto anteriores, frequentemente através do mito do aparecimento de uma imagem da Senhora, que reivindica o espaço em seu nome.</p>
Estela Montes	<i>São Faustino</i>	<p>São Faustino é uma dedicação rara, só com 2 ocorrências no <i>Repertório Toponímico do Continente</i>, embora se trate de um onomástico comum no Algarve.</p> <p>Os sete São Faustinos identificados são dos sécs. II a IV, seis dos quais mártires. Destacam-se os dois Faustinos de Bréscia (Itália), os únicos com iconografia própria (associada a Santa Jovita), sendo um deles invocado contra a peste. São celebrados a 15 e 16 de Fevereiro¹⁴⁶. Será certamente uma coincidência a proximidade entre estes dias de culto e o dia dedicado a Diana romana (12 de Fevereiro).</p> <p>Desconhece-se a razão deste culto local, provavelmente martirológico e páleo-cristão, talvez associado a uma das numerosas epidemias que assolaram a região.</p>
Estela Montes	<i>Stella Montis</i>	São Faustino situa-se perto de uma montanha que mantém o enigmático nome de Estela Montes, falso antropónimo que deve na realidade significar <i>Stella Montis</i> ("Estrela dos montes"), epíteto de divindade antiga, que se aplica perfeitamente a Diana.

¹⁴² ENCARNAÇÃO 1984: 110-111, nº 62

¹⁴³ FRAGA 2002a: 86

¹⁴⁴ E SANTO 1993: Mãe-Soberana de Loulé; FRAGA 2002a: 86

¹⁴⁵ ENCARNAÇÃO 1984: 112, nº 68

¹⁴⁶ ST.PATRICK 2005d

Bibliografia

- A. **FERNANDES** *Maria Alice Fernandes*
- 1999 "Noms de personne et toponymie de l'Algarve", in *Onomastik-Akten des 18. Internationalen Kongresses für Namenforschung – Trier 1993, Max Niemeyer, Tübingen 1999, 236-268*
- AGOSTINHO** *Frei Joaquim de Santo Agostinho*
- 1792 "Crónica da Conquista do Algarve", comentada e anotada por José Pedro Machado in *Anais do Município de Faro, VIII, Câmara Municipal de Faro, Faro 1978, 239-274*
- AFONSO III** *Afonso III*
- 1266 "Foral de Tavira" in *Notícias Históricas de Tavira* (Damião Brito Vasconcelos), C.M.Tavira, Tavira 1989, 306; transcrito de *Portugaliae Monumenta Historica*, vol I- tomo II, Lisboa 1856, 737
- ALARCÃO** *Jorge de Alarcão*
- 1988 *Roman Portugal (Gazetteer); Vol. II; Fasc. 3 Évora, Faro & Lagos*, Aris & Phillips; Warminster 1988
- ALLARD** *Carolus Allard*
- 1660 *Regnorum Portugalliae et Algarbiae*, Amsterdão 1660
- ÁLVAREZ** *Manuel J. Parodi Álvarez*
- 2001 *Rios y lagunas de Hispania como vias de comunicación*, Ed. Sol, Écija 2001
- ANDRADE E ANDRADE** *Ester e Luís Paiva de Andrade*
- 1977 "A estação romana da Senhora do Pilar (Algoz)" in *O Arqueólogo Português*, série III, Vol. VII-IX (1974-77), M.N.A., Lisboa 1977, 407-415
- ANICA** *Arnaldo Casimiro Anica*
- 1989 *Anotações a Notícias históricas de Tavira 1242/1840*, de D. Brito Vasconcelos, Câmara Municipal de Tavira, Tavira 1989
- 1993 *Tavira e o seu Termo. Memorando histórico*, Câmara Municipal de Tavira, Tavira 1993
- 2000 *Toponímia de Tavira*, Câmara Municipal de Tavira, Tavira 2000
- ARAGÃO** *Augusto Teixeira de Aragão*
- 1868 *Relatório sobre o cemitério romano descoberto próximo da cidade de Tavira*, Imprensa Nacional, Lisboa 1868
- ARRUDA** *Ana Margarida Arruda*
- 2003 "Bétilo com inscrição" in *Tavira. Território e Poder*, M. Maia e C. Fernandes (Com.), Câmara Mun. de Tavira e Museu Nac. de Arqueologia, Lisboa 2003, p. 254, nº 68
- BARATA** *Filomena Santos Barata*
- 1999 "Trabalhos arqueológicos na ponte romana de Miróbriga", in *Vipasca*, 8, *Aljustrel* 1999, 67-72
- BASARRATE** *Trinidad Nogales Basarrate*
- 2003 "Busto-retrato feminino" in *Tavira. Território e Poder*, M. Maia e C. Fernandes (Com.), Câmara Mun. de Tavira e Museu Nac. de Arqueologia, Lisboa 2003, p. 263, nº 84
- BERCHEM** *Denis van Berchem*
- 1937 "La annona militar en el Imperio Romano en el siglo III", in *Anexos de El Miliario Extravagante*, 4, *Dezembro* 2002, 3-30
- BLÁZQUEZ** *José Maria Blázquez*
- 1994 "La religión tartésica y fenicia del periodo orientalizante" in *Historia de las religiones de la Europa antigua*, J. M. Blázquez et alii, Catedra, Madrid 1994
- 1997 "El culto a las águas en la Hispania prerromana" in *Termalismo Antiguo (I Congreso Peninsular, Actas)*, UNED-CV, Madrid 1997 (em colaboração com M. P. García Gelebes), 105-115
- CARRASCO** *José Escacena Carrasco*
- 2002 "Dioses, Toros e Altares. Un templo para Baal en la antigua desembocadura del Guadalquivir" in *Ex Oriente Lux. Las religiones orientales antiguas en la Península Ibérica*, E. Albelda (Ed.), Universidad de Sevilla, Sevilla 2002, 33-76
- CASTRO** *Damião Faria e Castro*
- 1751 *Política Moral e Civil - Aula da Nobreza Lusitana*, Lisboa 1751

- CATHOLIC** *The Catholic Community Forum*
 2005a <http://www.catholic-forum.com/saints/saintb04.htm>
- CESÁRIO** *Alexandre V. Cesário*
 2000 *De Singilia Barba aos Agri Balsenses*, I Congresso da Revista Arquivo de Beja (2000), Beja, no prelo
- CHEVALLIER** *Raymond Chevallier*
 1997 *Les voies romaines*, Picard, Paris 1997
- CHOUQUER e FAVORY** *Gérard Chouquer e François Favory*
 2001 *L'arpentage romain*, Errance, Paris 2001
- COELLO** *Joaquín Muñiz Coello*
 1982 *El sistema fiscal en la España Romana (Republica y Alto Imperio)*, Portico, Zaragoza 1982
- COROMINES** *Joan Coromines*
 1965 *Estudis de toponimia catalana*, Editorial Barcino, Barcelona 1965
- CORRIENTE** *Federico Corriente*
 1999 *Diccionario de arabismos y voces afines en Iberorromance*, Gredos, Madrid 1999
- COSTA** *António Carvalho da Costa*
 1706 *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...*, Off. de Valentim da Costa Deslandes, Lisboa 1706-1712 (<http://purl.pt/434>)
- COVANEIRO E CAVACO** *Jaquelina Covaneiro e Sandra Cavaco*
 2003 "Capitel romano" in *Tavira. Território e Poder*, M. Maia e C. Fernandes (Com.), Câmara Mun. de Tavira e Museu Nac. de Arqueologia, Lisboa 2003, p. 262, nº 81
- CUNTZ** *Otto Cuntz*
 1929 (Ed.) "Itineraria Antonini Augusti" in *Itineraria Romana I*, Teubner, Leipzig 1929
- E SANTO** *Moisés Espírito Santo*
 1990 *A religião popular portuguesa*, Assírio e Alvim, Lisboa 1990
 1993 *Origens do Cristianismo Português*, Univ. Nova de Lisboa, Lisboa 1993
- ENCARNAÇÃO** *José d'Encarnação*
 1984 *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*, Universidade de Coimbra, Coimbra 1984
- FABIÃO** *Carlos Fabião*
 2003 "O Serro do Cavaco (Tavira)" in *Tavira. Território e Poder*, M. Maia e C. Fernandes (Com.), Câmara Mun. de Tavira e Museu Nac. de Arqueologia, Lisboa 2003, p. 77-81
- FERNANDES** *Paulo Almeida Fernandes*
 2003 "Lápide funerária do bispo Iulianus" in *Tavira. Território e Poder*, M. Maia e C. Fernandes (Com.), Câmara Mun. de Tavira e Museu Nac. de Arqueologia, Lisboa 2003, p. 297, nº 169
- FORMOSINHO E AL.** *José Formosinho, Octávio da Veiga Ferreira e Abel Viana*
 1953 *Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique*, Instituto de Alta Cultura, Porto 1953
- FRAGA** *Luís Fraga da Silva*
 2000 *Levantamento da carta arqueológica de Cachopo: Mapas*, Campo Arqueológico de Tavira, Tavira 2000
 2002a *São Brás de Alportel na Antiguidade. O povoamento romano e a sua evolução posterior num território rural do Algarve Central*, Campo Arqueológico de Tavira, Tavira 2002
 2002b *Moncarapacho e os pagé estuarinos do Algarve Romano*, inédito 2002
 2003a "Tavira Fenícia" in *Tavira. Cidades e região*, Campo Arqueológico de Tavira, Tavira 2003 (www.arqueotavira.com)
 2003b "Tavira Islâmica" in *Tavira. Cidades e região*, Campo Arqueológico de Tavira, Tavira 2003 (www.arqueotavira.com)
 2004 *Itinerários romanos do Algarve Oriental*, inédito 2004
 2005a *Atlas da cidade romana de Balsa*, Campo Arqueológico de Tavira, Tavira 2005 (www.arqueotavira.com)
 2005b *Balsa cidade perdida*, Campo Arqueológico de Tavira, Tavira 2005 (www.arqueotavira.com)

- FRAZER** *James George Frazer*
- 1890 *La rama dorada, Fondo de Cultura Económica, Mexico 1961*
- FREND** *William H. C. Frend*
- 2000 "North African and Byzantine saints in Byzantine North Africa" in *Romanité et Cité Chrétienne (Mélanges en l'honneur d'Yvette Duval)*, De Boccard, Paris 2000, p. 319-334
- FUENTES** *Manuel Durán Fuentes*
- 2002 "Análisis constructivo de los puentes romanos" in *I Congreso sobre las Obras Públicas romanas*, Merida 2002 (<http://traianus.rediris.es/> 2003)
- GOMES e MONTEIRO** Mário Varela Gomes e J. Pinho Monteiro
- 1977 "As rochas decoradas da Alagoa (Tondela-Viseu)" in *O Arqueólogo Português*, Série III vols, VII-IX, D.G.P.C. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa 1974-77, p. 145-164
- GREEN** *Miranda Green*
- 1986 *The gods of the Celts*, Sutton Publishing, Stroud 2004
- HOYS** *A. M. Vázquez Hoys*
- 1995 *Diana en la religiosidade hispanorromana (Las fuentes. Las diferentes diosas)*, Tomo I UNED, Madrid 1995
- HÜBNER** *E. Hübner*
- 1871 *Inscriptiones Hispaniae Christianiae*, Berlin, 1871
- IPA** *Instituto Português de Arqueologia*
- 2005 Base de dados "Endovélico", <http://www.ipa.min-cultura.pt/>
- KHAWLI** *Abdallah Khawli*
- 2001 "Um quírat de Ibn Casi cunhado em Mértola", in *Mértola*, 3, Câmara Municipal de Mértola, Mértola 2001, 70-72
- 2002 "Quelques réflexions sur l'histoire de l'Algarve durant les premiers siècles de l'islamisation (VIII-Xème siècle)" in *Xarajīb*, 2, Centro de Estudos Luso-Árabes, Silves 2002, 21-40
- LEITE V.** *J. Leite de Vasconcelos*
- 1897 *Religiões da Lusitânia*, I, Imprensa Nacional, Lisboa 1897
- LOPES** *João da Silva Lopes*
- 1841 *Corografia ou memória econômica, estatística e topográfica do Reino do Algarve*, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa 1841. *Fac-simile Algarve em Foco*, 2 vols., Faro 1988
- M MAIA** *Manuel Andrade Maia*
- 1987 *Romanização do território hoje português a Sul do Tejo*, 3 vols., Faculdade de Letras, Lisboa 2003
- 2003 "Murais Islâmicas de Tavira", in *Tavira, Território e Poder*, C. M. Tavira e Mus. Nac. de Arqueologia, Lisboa 2003, 155-162
- MACIEL** *M. Justino Maciel*
- 2003 "O território de Balsa na Antiguidade Tardia", in *Tavira, Território e Poder*, C. M. Tavira e Mus. Nac. de Arqueologia, Lisboa 2003, 105-126
- MACHADO** *José Pedro Machado*
- 1978 "Crónica da Conquista do Algarve (comentários e notas)" in *Anais do Município de Faro*, VIII, Câmara Municipal de Faro, Faro 1978, 239-274
- 2003 *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*, 3 vols., 3ª ed., Livros Horizonte, Lisboa 2003
- MAIA** *Maria Garcia Pereira Andrade Maia*
- 1999 *Lendas das Mouras Encantadas de Tavira*. Catálogo da Exposição, Campo Arqueológico de Tavira, Tavira 1999
- 2000 *Levantamento da carta arqueológica de Cachopo*, Campo Arqueológico de Tavira, Tavira 2000
- 2003a "Fenícios em Tavira", in *Tavira, Território e Poder*, C. M. Tavira e Mus. Nac. de Arqueologia, Lisboa 2003, 57-72
- 2003b "*O culto de Baal em Tavira*", in *Huelva Arqueológica (20)*. Actas del III Congreso Español de Antiguo Oriente Próximo, Diputación Provincial de Huelva, Huelva 2003, 171-194
- 2003c "Bracelete da Conceição (bracelete de ouro maciço aberto)" in *Tavira. Território e Poder*, M. Maia e C. Fernandes (Com.), Câmara Mun. de Tavira e Museu Nac. de Arqueologia, Lisboa 2003, p. 243, nº 22
- 2004 "*Tavira Turdetana, porto do 'Círculo do Estreito' nos finais do séc. V a.C.*", in *Conferencia Internacional: Historia de la Pesca en el Ámbito del Estrecho*, Puerto de Santa Maria 2004.

- MANTAS** *Vasco Gil Mantas*
- 1997 "Os caminhos da serra e do mar" in *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*, I.P.P.A.R. , Lisboa 1997, 311-326
- MARQUES** *Teresa Marques*
- 1995 (Coord.), *Carta Arqueológica de Portugal. Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António, Castro Marim, Alcoutim*, I.P.P.A.A, Lisboa 1995
- MASCARENHAS** *J. Fernandes Mascarenhas*
- 1967 "*De Ossónoba a Balsa*", in *Conferencia Elementos de arqueologia sobre o Algarve*, Tavira 1967, 7-25
- MERIDA** *Grupo Mérida*
- 1997 Atlas antroponímico de la Lusitania romana, Fundación de Estudios Romanos/Ausonius Ed., Mérida 2003
- OLIVEIRA** *Francisco Ataíde de Oliveira*
- 1898 As mouras encantadas e os encantamentos do Algarve, Tavira 1898
- 1905 Monografia de Algoz, Lisboa 1905. Edição *fac-simile* Algarve em Foco, Faro 1987
- 1913 Monografia da Luz de Tavira, Lisboa 1913. Edição *fac-simile* Algarve em Foco, Faro 1991
- OLMSTED** *Garrett S. Olmsted*
- 1994 The gods of the Celts and the Indo-Europeans, Archaeolingua, Budapest 1994
- PALLADIO** *Andrea Paladio*
- 1570 The four books of Architecture (*fac-simile* da edição de Isaac Ware, Londres 1738), Dover Publications, New York 1965
- PEREIRA** *M. Luísa Silva Pereira*
- 1992 "Uma villa romana em Tavira?" in *Actas das I Jornadas da História de Tavira*, Clube de Tavira, Tavira 1992, 65-80
- 1993 "Vestígios de um antigo povoamento grego no território do concelho de Tavira" in *Tavira do Neolítico ao Século XX* (Actas das II Jornadas da História de Tavira), Clube de Tavira, Tavira 1993, 207-216
- PICARD** *Christophe Picard*
- 2000 *Le Portugal musulman*, Maisonneuve & Larose, Paris 2000
- PROENÇA** *Raúl Proença*
- 1927 *Guia de Portugal, II Estremadura, Alentejo e Algarve*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa s/d
- REI** *António Rei*
- 2002 "Azóias/Arrábidas no *Gharb al-Andalus* e o movimento dos *Muridîn*" in *Xarajîb*, 2, Centro de Estudos Luso-Árabes, Silves 2002, 53-62
- ROSA SANTOS** *Luís Rosa Santos*
- 1995 *Os acessos a Faro e aos concelhos limítrofes na segunda metade do séc. XIX*, Câm. Mun. de Faro, Faro 1995
- SALGADO** *Fr. Vicente Salgado*
- 1786 *Memórias eclesiásticas do Reino do Algarve*, Régia Oficina Tipográfica, Lisboa 1786
- SÁNCHEZ** *Francisco Franco Sánchez*
- 1995 *Vías y defensas andalusíes en la Mancha Oriental*, Institut de Cultura Juan-Gil-Albert, Alacant 1995
- SANTOS** *M. Luísa Affonso dos Santos*
- 1971 *Arqueologia romana do Algarve (subsídios)*, vol. I., Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa 1971
- 1972 *Arqueologia romana do Algarve (subsídios)*, vol. II., Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa 1972
- SÃO JOSÉ** *Frei João de São José*
- 1577 "*Arqueologia Corografia do reino do Algarve*" in *Duas descrições do Algarve do século XVI*, Revista de História económica e social nº3, Sá da Costa, Lisboa, 21-132
- SARRÃO** *Henrique Fernandes Sarrão,*
- 1607 "História do reino do Algarve" in *Duas descrições do Algarve do século XVI*, Revista de História económica e social nº3, Sá da Costa, Lisboa, 133-174
- SCHNETZ** *Joseph Schnetz*
- 1940 (Ed.) "*Ravennatis Anonymi Cosmographia*" in *Itineraria Romana II*, Teubner, Leipzig 1929, p. 1-110
- SECCO** *Fernando Álvaro Secco*
- 1560 *Portugallia et Algarbia quae olim Lusitania*, Joannem Janssonium, Amsterdam 1560

SERRA Manuel Pedro Serra

1517 (Coord.), *Visitação da Ordem de Santiago ao Algarve 1517-1518* in "al'ulyā", nº 5 suplemento, Câmara Municipal de Loulé, Loulé 1996

SILLIÈRES Pierre Sillières

1990 *Les voies de communication de l'Hispanie Méridionale*, Diffusion De Boccard, Paris 1990

SIMÕES Augusto Filipe Simões

1869 *Relatório à cerca da renovação do Museu Cenáculo*, Évora 1869

SIMÓN Francisco Marco Simón

1994 "La religión indígena en la Hispania indoeuropea" in *Historia de las religiones de la Europa antigua*, J. M. Blázquez *et alii*, Catedra, Madrid 1994

ST.PATRICK St. Patrick's Church for All Saints

2005a <http://www.saintpatrickdc.org/ss/0203.htm#blas>

2005b <http://www.saintpatrickdc.org/ss/0316.htm#juli>

2005c <http://www.saintpatrickdc.org/ss/0425.htm#mark>

2005d <http://www.saintpatrickdc.org/ss/ss-ind-f.htm#F>

2005e <http://www.saintpatrickdc.org/ss/0425.htm#step>

TRESIDDER Jack Tresidder

2004 (Ed.) *The complete dictionary of symbols*, Duncan Baird, London 2004

VASCONCELOS Damião de Brito Vasconcelos

1937 *Notícias históricas de Tavira 1242/1840*, Ed. anotada por Arnaldo Anica, Câmara Municipal de Tavira, Tavira 1989

VAZ Adérito Vaz

1992 "Tavira - As origens, evolução política e económica" in *Actas das I Jornadas da História de Tavira*, Clube de Tavira, Tavira 1992, 160-171

VEIGA Sebastião Estácio da Veiga

1866 *Povos Balsenses*, Livraria Catholica, Lisboa 1866

1891 *Antiguidades Monumentais do Algarve*, IV, Imprensa Nacional, Lisboa 1891

Mapas

A - Área urbana de Tavira

B - Zona de Estudo (Estuários de Tavira)

C - Algarve Oriental Romano (De *Balsa* a *Baesuris*)

D - Algarve Romano

Ver documentos anexos